

Exílio escravista: Hercule Florence e as fronteiras do açúcar e do café no Oeste paulista (1830-1879)¹

Rafael de Bivar Marquese²

RESUMO: O artigo investiga a trajetória do artista e inventor Antonie Hercule Romuald Florence (1804-1879) na sociedade escravista brasileira do século XIX, procurando examinar os fundamentos do “sentimento de exílio” que marcou sua longa vivência no Oeste de São Paulo. Na primeira parte, trato Florence como um observador das paisagens escravistas do açúcar e do café. A série de desenhos e aquarelas que compôs sobre a fazenda Ibicaba e o engenho da Cachoeira nos permite observar como ele apreendeu os processos concretos de transformação agrária e ambiental da fronteira escravista de São Paulo. Na segunda parte, analiso a conversão de Florence em cafeicultor escravista, momento em ele assumiu por razões familiares a gestão de uma propriedade cafeeira com trinta escravos no município de Campinas. **PALAVRAS-CHAVE:** Hercule Florence. Paisagem. Açúcar. Café. Escravidão.

ABSTRACT: The article studies the trajectory of the artist and inventor Antonie Hercule Romuald Florence (1804-1879) within the nineteenth century Brazilian slave society, trying to grasp the fundamentals of the “exile feeling” that marked his long experience in the São Paulo West. I first analyse Florence as an artist of the sugar and coffee slave plantations landscapes. The series of drawings and watercolors that he composed on Ibicaba and Cachoeira plantations allows us to observe how he understood the concrete processes of agrarian and environmental transformation of the slaveholding frontiers of São Paulo. In the second part, I analyze how Florence was turned into a coffee planter, when for family reasons he took charge of the management of a coffee plantation with thirty slaves in Campinas.

KEYWORDS: Hercule Florence. Landscape. Sugar. Coffee. Slavery.

1. Este artigo é a versão ampliada de um capítulo preparado para o catálogo de uma exposição sobre Hercule Florence organizada pelo Nouveau Musée National de Monaco, a ser inaugurada em fevereiro de 2017. Dentro dessa iniciativa, agradeço primeiramente a Cristiano Raimondi e Linda Fregni o convite para dela participar. Cabe um agradecimento bastante especial a Leila Florence, que além de ter me franqueado generosamente a consulta ao fabuloso acervo da Coleção Cyrillo Hércules Florence (São Paulo, Brasil), guiou-me a cada passo no processo de pesquisa e composição do artigo, ajudando-me de modo decisivo a refinar o argumento. Eliana Rizzo Pereira Goulart igualmente prestou valiosa ajuda na consulta desse acervo. Por fim, agradeço ao CNPq pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa à qual também se vincula esse texto, e às conversas sobre a escravidão no Oeste de São Paulo com Felipe Rodrigues Alfonso, Felipe Landim Ribeiro Mendes, Maria Alice Rosa Ribeiro e Ricardo Salles.

2. Docente do Departamento de História, Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq, Nível 1-D. E-mail: <marquese@usp.br>.

3. As informações biográficas deste e dos próximos parágrafos foram retiradas de Dirceu Franco Ferreira & Nelson Mendes Cantarino (2009), Boris Kossoy (2006, p.43-52), e Leila Florence (2009, p.15-35).

4. Ver, a respeito dessas rotas e da economia aurífera do Mato Grosso, Sérgio Buarque de Holanda (1990), José Roberto do Amaral Lapa (1973, p.15-110), David Michael Davidson (1970) e Luiza Rios Ricci Volpato (1987).

5. Creio que o melhor documento sobre a expedição Langsdorff seja o próprio relato de Hercule Florence (1977).

6. Para uma reprodução desta imagem, ver Leila Florence (2009, p.39).

A vida de Antonie Hercule Romuald Florence, nascido em Nice (França) em 1804, correu rápida até seus vinte e cinco anos de idade. De certo modo, o filho emulou o pai. Antes de 1789, Arnaud Florence fora cirurgião da marinha francesa no Oceano Índico, e, no curso da Revolução, membro das tropas do exército republicano. Hercule pouco conviveu com seu pai, falecido em 1807, ano em que a família mudou-se para Mônaco. Embalado pelo que ouvira a respeito dele e pelas leituras de Daniel Defoe e do Abade Raynal, desde bem jovem demonstrou desejo de alistar-se como voluntário na marinha real francesa. Seus dons como desenhista, estimulados por um ambiente familiar marcado pelo treino artístico, também serviram de impulso extra para lançar-se ao mar. A experiência como grumete iniciada em 1823 foi curta, porém decisiva. Logo em sua segunda expedição, em 1824, ao aportar no Rio de Janeiro, Hercule Florence abandonou a embarcação à qual estava engajado. Por quase um ano, trabalhou como caixeiro na loja de tecidos de um imigrante francês, Pierre Dillon, até ser contratado por outro francês radicado na capital do recém-independente Império do Brasil, o tipógrafo e livreiro Pierre Plancher, que logo fundaria o prestigioso *Jornal do Comércio*. Como atividade paralela, oferecia em anúncios da imprensa local suas habilidades em desenho e cartografia, a quem pudesse interessar³.

A estadia no Rio de Janeiro foi igualmente curta. Seja por meio desses anúncios ou pelos contatos com a comunidade francesa local, em meados de 1825 Georg Hendrich von Langsdorff recrutou o jovem Hercule Florence, então com apenas 21 anos, para servir como geógrafo e desenhista na segunda e mais ambiciosa parte de sua expedição científica, custeada pelo czar Alexandre I. Nos dois anos seguintes (junho de 1826 a setembro de 1828), o notável grupo de artistas e cientistas contratado por Langsdorff percorreu as vastíssimas rotas fluviais criadas no século do ouro para atender as minas do Mato Grosso (Cuiabá e Vila Bela), e que ligavam, em um eixo articulado pelos rios pantaneiros, a localidade paulista de Porto Feliz (na bacia do Paraná) à cidade de Belém do Pará (na bacia Amazônica)⁴. A expedição foi marcada por vários contratemplos, os mais graves sendo a morte de Adrien Taunay e a permanente debilidade física e mental de Langsdorff⁵.

De volta ao Rio de Janeiro em março de 1829, Hercule Florence organizou parte do material da expedição que ficara em sua posse, com o objetivo de publicá-lo em data próxima, e também o tratado sobre a *Zoophonia*, técnica que desenvolvera para registrar em notação musical os sons da fauna. Sua nova residência na corte foi, uma vez mais, breve. Quando da passagem da expedição Langsdorff por Porto Feliz, no primeiro semestre de 1826, Florence travara sólida amizade com o médico e cirurgião Francisco Álvares Machado e Vasconcellos, aproximando-se de sua família. É dessa época que possivelmente data o retrato da família Álvares Machado, no qual estão representados o médico, sua esposa, Cândida Maria de Vasconcelos Barros, a filha do casal, Maria Angélica de Vasconcelos, então com 11 anos de idade, e o filho natural de Francisco, Joaquim Inácio de Vasconcelos⁶. Alguns anos depois, esse contato trouxe o ponto de virada

definitivo na vida de Florence. A convite de seu amigo médico, em fins de 1829 mudou-se para a Vila de São Carlos, na província de São Paulo (atual Campinas), casando-se, em 4 de janeiro de 1830, com Maria Angélica. Nos vinte anos que durou o casamento, interrompido apenas com a viuvez de Hercule em 1850, o casal teve 13 filhos, dos quais oito ultrapassaram a primeira infância.

O matrimônio representou, simultaneamente, o ingresso de Florence na elite política paulista e seu enraizamento definitivo no Império do Brasil. A região oeste da província, de onde provinha Álvares Machado e para onde Florence mudou, passara por importantes transformações desde a década de 1790. No século XVIII, a economia paulista, em que pese o protagonismo de seus habitantes nas descobertas auríferas, funcionara basicamente como retaguarda agrícola e zona de passagem para os centros de mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Porto Feliz, onde Florence conhecera Álvares Machado, era a porta de saída para o Mato Grosso; São Carlos, rota para as minas de Goiás. A oeste dessas duas localidades, entrava-se no chamado “sertão desconhecido”, isto é, as vastas terras habitadas por índios não reduzidos ao domínio imperial. A eclosão da Revolução do Haiti (1790-1804) estimulou importantes transformações nas áreas da capitania de São Paulo já ocupadas pelos colonizadores. Tal como em outros quadrantes do Novo Mundo, o brusco colapso da maior colônia produtora de açúcar do continente levou a um rápido movimento de fundação de engenhos açucareiros na região compreendida entre as atuais cidade de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá – no centro da qual iria se localizar São Carlos/Campinas. Em três décadas, os recursos gerados pela economia açucareira escravista deram origem a uma poderosa classe de senhores de engenho no oeste de São Paulo, que desempenharia papel de relevo nos eventos locais da independência da América portuguesa e da fundação do Império do Brasil⁷.

Ainda que ele próprio nunca tenha sido senhor de engenho, Álvares Machado se tornou na década de 1830 – vale dizer, durante o Período Regencial (1831-1840) que se seguiu à queda de D. Pedro I – um dos principais representantes políticos dessa classe. Eleito mais de uma vez deputado provincial por São Paulo pelas forças que depois se aglutinariam no Partido Liberal, e nomeado pelo gabinete da Maioridade (1840-1841) presidente da província do Rio Grande do Sul em plena Revolução Farroupilha (1835-1845), Álvares Machado manteve relações estreitas com os potentados açucareiros do Oeste de São Paulo, relações essas que logo se estenderam também para o círculo de amigos de seu genro. De fato, Florence rapidamente se aproximou – inclusive produzindo seus retratos – de personagens de proa da economia e da política paulista e imperial, como o regente Diogo Antônio Feijó, o deputado, senador e fazendeiro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o senhor de engenho Antônio Manoel Teixeira.

O momento crítico para esse grupo veio com a revolução liberal de 1842, quando muitos de seus membros (Álvares Machado foi uma exceção) se levantaram em armas contra o grupo conservador que retomara o centro do poder imperial no ano anterior. Florence jogou papel importante nesses eventos, ao fundar

7. Para a trajetória econômica da capitania de São Paulo no século XVIII, ver Maria Luiza Marcílio (2000); para a transformação açucareira e a formação de uma nova classe senhorial, ver Maria Thereza Schorer Petrone (1968), Francisco Vidal Luna e Herbert Klein (2006) e Carlos de Almeida Prado Bacellar (1997); sobre a dimensão política dessa classe, Sérgio Buarque de Holanda, (1985, p.440-458), e Ana Paula Medici, Eric Hörner & Vera Lúcia Nagib Bittencourt (2010).

8. Para a formação desse grupo e sua participação nos eventos políticos mencionados, ver Eric Hörner, (2010); Miriam Dolhnikoff (2005, p.28-31) e Maria Alice Rosa Ribeiro (2016, p.208-210).

9. Apud Leila Florence (2010, p.23-24).

com Feijó o periódico *O Paulista*, concebido com o veículo de propaganda dos revolucionários liberais. A derrota liberal para as tropas imperiais sob o comando dos conservadores forçou Florence a se retirar definitivamente da ação política nos anos seguintes⁸.

Não obstante sua proximidade com os que exerciam o mando econômico, social e político no oeste paulista, Hercule Florence enfrentou grandes frustrações a partir da década de 1830. Os experimentos e inventos ligados ao campo visual que desenvolveu nesse período, como a poligrafia, a fotografia, o papel inimitável, o estudo de céus, pouco ou nada frutificaram. Sua produção plástica não encontrou interessados na sociedade paulista. Logo as frustrações acumuladas com essa percepção de isolamento começaram a aparecer em seus escritos. A abertura do *Atlas Pitoresco-Celeste, ou estudo dos céus, para uso de jovens paisagistas*, datado de 1838 e que, como a maioria de seus textos, permaneceu inédito em vida, é cristalina quanto a isso:

Se a mim fosse dado o direito de respeitar minha vontade, eu desejaria somente seguir a carreira de pintor. Porém, não só muitos incidentes comuns àqueles que não têm fortuna nem qualquer proteção o impedem, mas também circunstâncias pessoais particulares, opressoras para um amigo das artes, parecem agravar em mim uma espécie de reprovação. Se eu tomo o pincel é com o temor de que amanhã possa faltar aos meus filhos o mais necessário! O desprezo e a humilhação vêm cercar-me, despertando o remorso em minha alma abatida. Por que, com tão pouca fortuna, tenho o gosto da pintura? Que destino me atirou no meio de um público sem interesse algum por essa nobre e maravilhosa arte? A cada instante, a cada passo, a natureza me apresenta belezas deslumbrantes, mas, ao tomar o pincel, a cruel necessidade logo vem arrefecer minha coragem. O gosto, o sentimento, a delicadeza, o tato, em suma, o gênio das Belas Artes não seria o monopólio da fortuna ou dos protegidos? (...) Se apenas posso sentir as belezas da natureza sem poder captá-las, expressá-las na tela, por que não fui dotado daquela feliz indiferença tão comumente encontrada? Eu não sofreria a cada instante pesar e inspirações estéreis. Eis as reflexões que faço em meu deplorável exílio⁹.

Para os padrões oitocentistas, Hercule Florence viveu muito. Ele faleceu aos 75 anos e, com exceção de uma breve viagem a Mônaco, em 1855, todo esse tempo foi passado em Campinas. O sentimento do exílio anotado em 1838 marcaria toda a longa trajetória desse artista-inventor no Império do Brasil. Tal percepção se expressaria tanto na escrita de si, como em suas *Reflexões* datadas de 21 de agosto de 1860 (“trinta anos de trabalhos sem sucessos decisivos porque lutei contra o exílio, a falta de tudo”), como em cartas pessoais. Um exemplo bastará para demonstrá-lo: em missiva de 26 de maio de 1871 endereçada ao Sr. Jatho, responsável pelos cuidados com seus filhos que foram estudar em Cassel (hoje Kassel), na Alemanha, escreveu Florence:

Esta invenção [ele trata da poligrafia – nota de RM], que comeci em 1830, não pode jamais se desenvolver porque habito um país de agricultores e comerciantes onde, nacionais e estrangeiros, ninguém compreende aquilo. Mesmo na Europa, creio que um inventor não é mais tão bem acolhido como antigamente; mas o que havia de mais desesperador, é que em Campinas, localizada nos últimos confins da civilização, não existia nenhum material de que eu precisava,

nem algum artesão capaz de me preparar nenhuma peça. O completo isolamento fez nascer a propriedades desconhecidas até o presente, e duvido que nunca tenham sido solucionadas, sem passar como eu, quarenta anos no mais doloroso dos exílios, para um inventor¹⁰.

O sentimento de que se encontrava preso nos “confins da civilização” foi, a partir de meados da década de 1830, parte essencial do *self* de Hercule Florence, expressando as frustrações que enfrentou ao longo de sua trajetória (fracasso comercial de suas invenções, descaso da comunidade científica internacional etc.).

Como explicá-lo? Parte da resposta, evidentemente, está contida nos registros pessoais de cartas e diários. Obrigação do *pater familiae*: com uma multidão de filhos para criar e esposa pertencente a uma poderosa família local, Hercule via-se preso em Campinas. O *topos* de que vida familiar ordinária não combina com vida artística inovadora era uma boa escusa. Mais interessante, contudo, foi a leitura do meio social e cultural em que se inscrevera, “um país de agricultores e comerciantes”, no qual a ignorância sobre o que ele propunha em termos científicos e artísticos era absoluta. Com efeito, com taxas muito baixas de escolarização e elevado analfabetismo, decorrentes da concentração fundiária e de renda, e a ausência de um sólido público consumidor de artes visuais, a sociedade brasileira coeva – sobretudo a paulista – apresentava limites estruturais ao tipo de atividade profissional que Hercule Florence tomava como sua verdadeira vocação.

Ambos os problemas – baixo letramento e limites do mercado artístico e científico – eram caudatários do chão escravista da sociedade brasileira oitocentista. E é neste último ponto, creio, que se encontram os verdadeiros fundamentos do exílio de Hercule Florence. O argumento central que pretendo desenvolver neste artigo é que seu sentimento do exílio se deveu às vivências na sociedade escravista de fronteira na qual ele se enraizou e às escolhas que tomou ao longo desse trajeto. Tal afirmação pode ser comprovada por meio da análise das relações de Hercule Florence com a escravidão negra. Durante o tempo da sua experiência de exílio, a província transformou-se profundamente: de terra povoada por índios refratários à ocupação colonial, São Paulo tornou-se uma das principais fronteiras da mercadoria do capitalismo global, sendo rasgada por várias linhas ferroviárias – já em plena operação ou em processo de construção – em 1879, ano da morte de Florence. A cafeicultura escravista foi o vetor central dessa transformação e, ele, um agente dela.

O artigo está dividido em duas partes. No primeiro momento (1830-1850), trato Florence como um observador das paisagens escravistas do açúcar e do café. Estabelecido na Vila de São Carlos, vivendo a fase mais criativa de suas invenções, teve loja de fazendas e botica, travou contatos estreitos com a classe senhorial local, mas não foi ele próprio fazendeiro escravista. A série de desenhos e aquarelas da fazenda Ibicaba e do engenho da Cachoeira, no entanto, permitem observar como Florence apreendeu os processos concretos de transformação agrária e ambiental da fronteira escravista de São Paulo.

10. Toda a correspondência e a documentação pessoal de Hercule Florence citadas neste texto (como a contabilidade do sítio da Soledade) pertencem à Coleção Cyrillo Hércules Florence (São Paulo, Brasil). As cartas originalmente escritas em francês foram traduzidas para o português, com os devidos cuidados para que não houvesse alteração de sentido.

No segundo momento (1851-1879), examinarei como Hercule Florence se converteu, por razões familiares, em fazendeiro escravista, produzindo café em Campinas. Vemos, nesse período, todo o dilaceramento desse personagem. Com opiniões pessoais antiescravistas que não foram tornadas públicas enquanto viveu, Florence assumiu o papel de senhor de escravos. Após curta experiência com o sistema de parceria, na qual empregou imigrantes suíços, abandonou o trabalho livre e optou pela escravidão. As técnicas agronômicas que criticara em seus desenhos e aquarelas da fase anterior foram por ele adotadas no sítio da Soledade, produzindo os mesmos problemas ambientais registrados naqueles documentos visuais. O compromisso com a escravidão aprofundou-se na década final de sua vida: seus livros de contas possibilitam examinar as estratégias de administração da força de trabalho escrava empregadas por Florence naquela conjuntura, que mantiveram a solvência financeira do sítio da Soledade. Como expressão dessas escolhas, ao se aproximar da morte em 1879, no exato momento em que o movimento abolicionista brasileiro começava a se articular e ganhar força, Florence não alforriou nenhum de seus escravos. O exílio escravista no Império do Brasil moldara por completo o artista-inventor antiescravista.

Florence e a paisagem açucareira e cafeeira do Oeste paulista

Em 1830, logo em seu primeiro ano de residência em Campinas, Hercule Florence visitou a fazenda Ibicaba, localizada no atual município de Cordeirópolis, São Paulo. Na ocasião, compôs um retrato de seu dono, o senador do Império do Brasil Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, e uma aquarela da propriedade em questão (Figura 1).

Ibicaba era de formação relativamente recente. Constituída a partir de terras da sesmaria do Morro Azul, que foram adquiridas por Vergueiro em 1817, três anos depois a unidade era arrolada na lista nominativa de habitantes de Vila Nova da Constituição (atual Piracicaba) com uma produção anual de cerca de 15 toneladas de açúcar. Em 1828, quando era dono de 76 escravos, Vergueiro transformara Ibicaba em sua residência permanente, passando a investir – ainda que de forma modesta – em uma nova cultura, ao estabelecer uma plantação de seis mil pés de café na fazenda¹¹.

Ao visitar a fazenda em 1830, Hercule Florence não anotou visualmente a presença do açúcar e do café. Dentre as atividades produtivas de Ibicaba, Florence registrou em sua aquarela apenas a criação de gado. A vaca recém-parida da raça caracu (desenvolvida no Brasil colonial a partir de matrizes ibéricas) atrai imediatamente a atenção do observador para os amplos pastos com gado disperso que circundam a sede da fazenda (casa grande, senzalas e demais edificações). A pecuária de corte foi uma atividade importante nos primeiros anos de funcionamento dos engenhos de açúcar do Oeste paulista. Este, contudo, não é o assunto central da aquarela, mas sim a transformação da paisagem agrária, com a conquista da



Figura 1 – Hercule Florence. *Vista do Sítio chamado Ibicáva*, 1830, aquarela e nanquim sobre papel – 22,1 x 29,8 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

terra, para fins mercantis, junto à floresta virgem. Enormes tocos da cobertura original da mata atlântica ocupam todo o primeiro plano, o mesmo em que se inscreve o artista ao tirar a vista da fazenda ao rés do chão. Um tronco derrubado e queimado fornece a moldura inferior, ao passo que as árvores que resistiram à abertura do terreno, com seus galhos secos e troncos igualmente queimados (resultado da técnica da coivara), pontuam toda a paisagem. Uma grande árvore cuja copa não se vê modula verticalmente a aquarela à esquerda, remetendo-nos, com as outras cinco de igual configuração à direita, ao início de todo o processo de transformação da paisagem: a cinta da mata atlântica original que ainda permanece de pé, no morro atrás da sede, representada ao fundo da imagem.

A aquarela de Ibicaba antecipou o olhar que conformaria as representações dos engenhos de açúcar e das fazendas de café produzidas nas duas décadas seguintes. O melhor exemplo disso está na série que Florence compôs sobre o engenho da Cachoeira, então localizado no município de Campinas (atualmente, Americana). A primeira dessas imagens é um nanquim datado de 16 de abril de 1834, base para a composição de uma segunda versão dessa mesma vista, agora aquarelada, porém sem data (Figura 2).

O engenho da Cachoeira era a principal unidade do complexo de propriedades rurais de Antônio Manoel Teixeira, poderoso senhor de terras e de

12. Sobre a trajetória empresarial de Antônio Manoel Teixeira, ver Maria Alice Rosa Ribeiro (2012). Para as informações sobre o engenho em 1835, ver Listas Nominativas de Habitantes, São Carlos 1835. Quarteirão n. 3, fogo 19.

13. Ver Maria Thereza Schorer Petrone (1968, p.166) e Rafael de Bivar Marquese (2013).

escravos que fazia parte da rede de sociabilidade do sogro de Hercule Florence. Em 1833, Álvares Machado fora inclusive seu testamenteiro. Em 1835, ou seja, um ano após a composição da primeira vista de Florence, Teixeira mantinha no engenho da Cachoeira 201 escravos, que produziam entre 132 e 147 toneladas de açúcar, e cerca de 29 toneladas de café¹².



Figura 2 – Hercule Florence. *Vista do Sítio de Antonio Manoel Teixeira, a 5 léguas de São Carlos, Província de São Paulo, sobre o Rio Jaguari, s.d.*, aquarela sobre papel – 26,9 x 36,9 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

Desde 1832, aliás, houve grande plantio de novos pés de café na propriedade. Tal como outros fazendeiros do Oeste de São Paulo, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Antônio Manoel Teixeira começaram a realizar experimentos com a cafeicultura na virada da década de 1820 para a de 1830. A produção açucareira encontrava-se solidamente estabelecida nessa região desde o começo do século XIX. No entanto, o crescente peso do açúcar cubano na conformação dos preços no mercado mundial, somado ao sucesso da produção cafeeira no Vale do Paraíba e aos custos relativos do transporte por mulas entre o interior de São Paulo e o porto de Santos (mais favoráveis ao café do que ao açúcar), estimulou alguns fazendeiros do Oeste de São Paulo a testarem a combinação dos dois artigos dentro de suas unidades produtivas¹³.

Era exatamente isto o que estava ocorrendo no engenho da Cachoeira quando Hercule Florence o visitou em 1834. No primeiro plano, vemos dois personagens de costas, ao lado de seus cavalos, a observar a sede da propriedade

– muito provavelmente, Álvares Machado e Manoel Teixeira. Duas pequenas árvores queimadas e completamente desfolhadas, que se projetam para cima da linha do horizonte, estabelecem uma moldura dentro da imagem, recortando o que constitui seu centro: a sede do engenho da Cachoeira às margens do rio Jaguari, com sua casa de vivenda assobradada e acoplada à senzala em L, o terreiro frontal, o engenho de serra ao centro e o engenho de açúcar à direita. A fumaça que é exalada de uma das duas chaminés do engenho de açúcar indica que se estava em plena safra, algo que também é sugerido pela tropa de mulas reunida no terreiro. A sede é rodeada por uma paisagem agrária composta de cafezais, canaviais, pastos e uma grande cinta de mata que, tal como na aquarela anterior de Ibicaba, domina a linha do horizonte.

A estrada que corta diagonalmente a parte superior direita da aquarela conduz à posição de onde Florence realizou, em 1835, outra vista do engenho da Cachoeira (Figura 3).

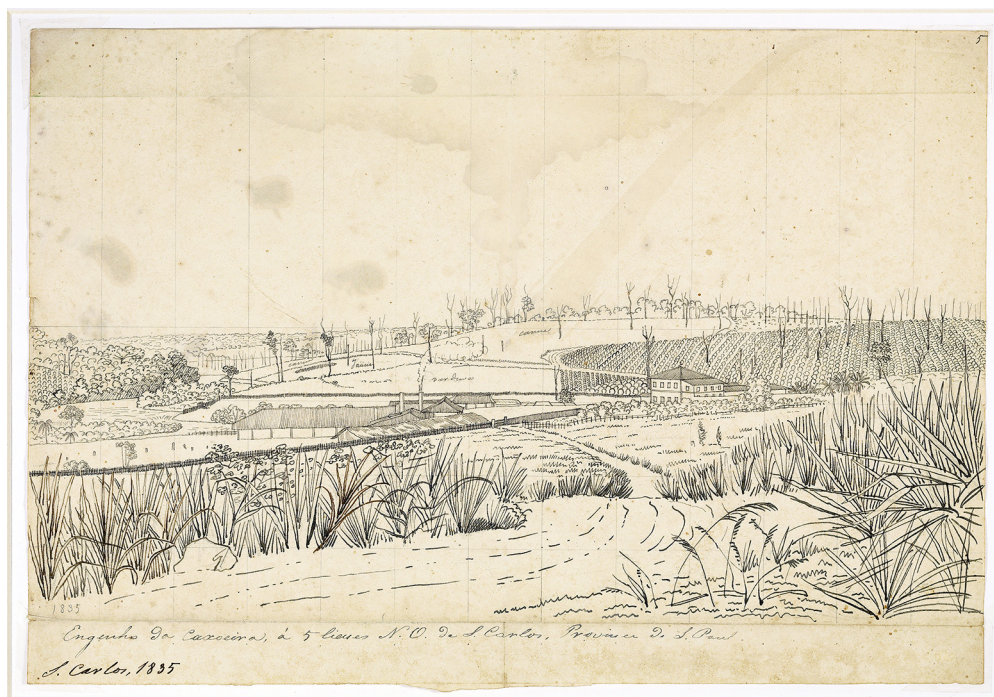


Figura 3 – Hercule Florence. *Engenho da Cachoeira*, a 5 léguas de S. Carlos, Província de S. Paulo, 1835, nanquim sobre papel, 25,9 x 37,7 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

Deste novo ponto de observação, o processo de transformação da paisagem agrária torna-se mais explícito. Aos dois temas anteriores que se repetem – a mata virgem na linha do horizonte e as marcas de sua destruição remanescendo nos campos de cultivo e nos pastos, na forma das imensas árvores desnudas –, acrescenta-se um terceiro: o grande cafezal à direita da imagem, plantado em

14. O cultivo a pleno sol, se por um lado aumenta a produtividade do cafeeiro, por outro gera *stress* na planta, originando o ciclo bianual típico da cafeicultura brasileira. Quando sombreado, o cafeeiro produz menos, porém em volume constante de uma safra a outra. Ver, sobre essas técnicas gestadas no Brasil, Rafael de Bivar Marquese (2008).

alinhamento vertical da base ao topo da colina. Essa técnica de cultivo tinha sido criada havia pouco no Vale do Paraíba, com o objetivo de garantir o estrito controle visual dos grupos de escravos que trabalhavam na capina e na colheita dos grãos. Outra novidade da cafeicultura brasileira se faz presente nesta imagem: ao contrário do que ocorria em Java e em Cuba, o cultivo de café se dava a pleno sol, ou seja, sem sombreado, desperdiçando assim a potencialidade das copas dessas grandes árvores para fornecer colheitas de café mais equilibradas¹⁴.

Florence aprofundou o exame da questão ambiental em uma representação de 1845, para a qual não temos referência geográfica precisa. A ligação com o que fizera na década anterior ao representar o engenho da Cachoeira é, não obstante, direta (Figura 4).



Figura 4 – Hercule Florence. Sem título (escravos trabalhando no corte de árvores), 1845, nanquim e grafite sobre papel, 21,8 x 27,0 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

Mergulhamos, agora, dentro do processo de destruição da mata para a montagem de uma fazenda de café. O espaço da representação é ditado pelo enorme jequitibá recém-derrubado, em cujo tronco prestam guarda dois indivíduos armados para impedir ataques de animais. Sua disposição horizontal no primeiro plano cria uma cisão profunda entre o terreno que está sendo preparado para o

plântio dos cafeeiros e o vasto campo de visão que se abre ao observador. No canto inferior esquerdo continua a área de desmonte exposta do primeiro plano, com um jequitibá majestoso ainda de pé; no canto direito, uma ampla clareira com uma choça provisória, onde possivelmente seria construída a sede da unidade rural, circundada de pastos; avançando para dentro da mata, ao centro da imagem, um cafezal já formado; na linha do horizonte, como em todas as demais paisagens até agora examinadas, reservas florestais a perder de vista.

A mata tropical exuberante ameaçada pela destruição do ferro e do fogo foi um assunto relativamente frequente nas representações visuais produzidas pelos europeus que percorreram o Brasil na primeira metade do século XIX, ou que aqui se estabeleceram. Duas litogravuras se destacam nessa série, por sua proximidade temporal e temática com o nanquim de Florence: a de Johann Moritz Rugendas, *Derrubada de uma Floresta*, de 1835, e a de Carl Friedrich Philipp Von Martius, *Floresta cortada, com uma velha figueira em São João Marcos, província do Rio de Janeiro*, de 1840. O caráter de crítica ambiental dessas imagens foi reforçado, em 1842, pelo óleo sobre tela que Félix-Émile Taunay apresentou à Exposição Geral da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, instituição que ele próprio dirigia. Intitulado *Vista de um mato virgem que se está reduzindo a carvão*, o quadro continha forte advertência sobre as implicações ecológicas da devastação das reservas florestais da mata atlântica¹⁵.

Dadas as relações de amizade de Florence com a família Taunay, cultivadas desde a morte trágica de Adrien na expedição Langsdorff, pode-se afirmar que ele tomou ciência do quadro de Félix-Émile, aliás bastante comentado na imprensa do período. O óleo de Taunay é um tanto esquemático em sua contraposição binária mata destruída/mata intocada, e não trata do principal vetor de devastação da mata atlântica no século XIX, a saber, o avanço das fronteiras cafeeiras. As paisagens de Florence são, nesse aspecto, mais poderosas: suas árvores queimadas no meio de canaviais, cafezais e pastos documentam as práticas correntes dos fazendeiros, ao mesmo tempo em que explicitam como a natureza algo idealizada por seus colegas viajantes – ou acadêmicos, como Félix-Émile – estava sendo concretamente transformada nas fronteiras da mercadoria da economia-mundo capitalista. Florence observou esse processo no calor da hora, ao registrar como o processo de montagem da cafeicultura no Oeste de São Paulo, ao avançar de forma irregular sobre o terreno, envolveu a mobilização em larga escala de trabalho humano. O enorme esforço que implicava a conquista da mata atlântica para a produção escravista mercantil foi por ele captado com acurácia impar, se comparamos sua produção com a que seus contemporâneos apresentaram.

Em 1848, Florence voltou mais uma vez ao engenho da Cachoeira, ocasião em que elaborou o que pode ser considerado como a expressão máxima de seu programa visual para o mundo das *plantations* escravistas (Figura 5).

A aquarela anota o processo de trabalho coletivo dos escravos no corte da cana – marcado pela marcha em linha sobre o canavial – e o fluxo da matéria-

15. Para uma análise cuidadosa desse quadro que salienta essa dimensão crítica, ver Elaine Dias (2009, p.316-340). Para o contexto mais amplo da crítica ambiental no Império do Brasil, ver também José Augusto Pádua (2002).



Figura 5 – Hercule Florence. *Engenho da Caxoeira. Corte da cana de açúcar – 17 outubro 1848*, 1848, aquarela e nanquim sobre papel, 23,4 x 37,9 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

prima sendo transportada em carro de boi para o engenho, tudo submetido ao ritmo acelerado do processo de produção açucareiro. A beleza da composição, com um jogo de cores tripartite entre céu, canavial e palha vazado verticalmente pelo preto e branco das árvores descascadas, oblitera duas tensões de fundo. A primeira reside nos próprios remanescentes da mata original. O tema que Florence documentara desde sua primeira visita a Ibicaba, em 1830, apresenta-se aqui com toda força. O efeito que os restos de jequitibás e outras árvores portentosas produzem no plano vertical da composição é dramático, ressaltando, no plano horizontal, a profunda ruptura que se deu com a substituição da espessa cobertura original da mata atlântica pelo tapete verde de canaviais e cafezais (vistos ao fundo esquerdo). A segunda tensão se relaciona à escravidão. Não há, na imagem, referência imediata à violência das relações sociais escravistas. O trabalho escravo parece fluir como que naturalmente, sem necessidade de compulsão. O comentário textual de Florence à cena observada, no entanto, expõe o que não aparece no nosso campo de visão: “enquanto me encarrego de registrar com meu lápis esses quarenta negros em movimento, o feitor negro chicoteia um negro. A mim, me parece que ele queria me mostrar seu zelo, e a ideia de que fui causa deste castigo, me faz apressar meu trabalho.” Se a brutalidade das relações escravistas é expurgada da paisagem, a transformação brutal do mundo natural que se dá por meio dessas mesmas relações é sobejamente apreendida pelo referente dos restos de árvores que a documentam.

Os escravos podem ser tomados, aqui, como um equivalente metonímico das árvores destroçadas, queimadas, deixadas como relíquias no meio de canaviais e cafezais. É o que nos demonstra a leitura completa do manuscrito *L'Inventeur au Brésil*, do qual retirei a citação do parágrafo antecedente. Por volta de 1850, Florence resolveu reunir a série de imagens elaboradas em suas visitas a Ibicaba e ao engenho da Cachoeira em um álbum preparatório para uma possível publicação, haja vista que reservou no manuscrito em questão espaços específicos nos quais descreveu as imagens, articulando-as ao texto. Nicolau de Campos Vergueiro, “um homem ilustrado, liberal nascido em Portugal e dedicado ao Brasil”, que “consagra à agricultura todo o tempo que suas funções públicas [como senador do Império] não requerem”; Antônio Manoel Teixeira, “cultivador de uma atividade extraordinária”, responsável pela grande obra de engenharia que foi a construção da estrada aterrada ligando Santos a Cubatão: com essas palavras, os proprietários de Ibicaba e Cachoeira eram por um lado tratados como agentes da civilização no sertão profundo do Oeste de São Paulo, pais da pátria brasileira em formação. Por outro lado, as práticas de gestão agronômica que compartilhavam com os demais senhores de engenho e fazendeiros de café da região estavam alterando de modo indelével a “paisagem de floresta-oceano”, expressão que Florence tomou de empréstimo de seu sogro:

Vista magnífica do Morro-Azul a uma légua de Ibicaba. (...) Uma imensa floresta virgem se estende (ao pé) a partir da encosta, em ondulações, formando planos sucessivos ainda mais compactos e azulados até a um horizonte de 20 léguas compreendidas pelo ângulo visual. A cinquenta passos à esquerda, temos o maior Jequitibá que já vimos. (...) A altura total, com a copa é 60 metros. O machado dos derrubadores passou sobre o terreno onde estamos; o fogo devorou o resto: sem eles não desfrutaríamos deste panorama; mas eles nos prepararam a esterilidade destes ricos territórios. A enorme dimensão do jequitibá, sem dúvida, resulta do respeito dos derrubadores; mas esta é uma exceção ao hábito deles. O que sobrar dos gigantes telúricos? O brasileiro não os poupa; o colono mais ativo, só tem em vista seu interesse material. Se nossas belas florestas vêm desaparecer; se nossos campos se entapetam de cafeeiros, alinhados ou perfilados, a monotonia terá substituído a majestade da natureza (...) Espero que não alcancemos esse ponto de decadência.

Ora, ao mesmo tempo em que possibilitava a articulação do recém-fundado Império do Brasil às forças civilizadoras do mercado mundial, a uniformização da paisagem trazida pela monocultura exportadora era tomada como signo de “decadência”. A contradição, aos olhos de Florence, ressaltava-se ainda mais pelo emprego em larga escala do trabalho escravo. A transformação da fronteira agrícola do Oeste Paulista vinha sendo ditada pela expansão do escravismo. Quando faleceu em 1850, Antônio Manoel Teixeira era dono de 469 escravos, dos quais 223 viviam no engenho da Cachoeira – 110 deles (66 homens e 44 mulheres), nascidos na África. Vergueiro, por sua vez, além de possuir 217 escravos alocados na fazenda Ibicaba em 1847, envolveu-se diretamente no tráfico transatlântico negreiro. Há registros de que, entre 1842 e 1844, ou seja, quando o infame comércio estava proibido por uma lei que ele próprio votara em

16. Sobre a escravidão de Antônio Manoel Teixeira, ver Maria Alice Rosa Ribeiro (2012); sobre a escravidão de Ibicaba, ver Felipe Landim Ribeiro Mendes (2015). Sobre as operações negreiras do senador Vergueiro, ver o banco de dados www.slavevoyages.org, pesquisa sobre "Vessel owners", entrada "Vergueiro" (acesso em 19 de maio de 2016).

17. Apud Boris Kossoy (2006, p.49).

18. Cf. Hercule Florence (1977, sem paginação). Sobre esses episódios quilombolas ver, também, Francisco Foot Hardman e Lorelai Kury (2004).

1831, o senador do Império do Brasil investiu em 5 expedições negreiras, que desembarcaram na província do Rio de Janeiro e no porto de Santos 2.291 africanos ilegalmente escravizados, carregados da baía de Benin, da zona congolana e de Moçambique¹⁶.

Como Hercule Florence compreendia a instituição do cativo nesse momento? Em um diário iniciado em 1849, intitulado *L'Ami des arts libre à lui-même ou recherches et découvertes sur différents sujets nouveaux*, e que continha uma das versões do manuscrito *L'Inventeur au Brésil*, Florence registrou em tons fortes sua impressão inicial do Brasil, ao desembarcar no Rio de Janeiro 25 anos antes:

Tudo me anunciava que estávamos no Novo Mundo: as pirogas que deslizavam ao redor da fragata, os negros, as frutas que eles traziam, tudo para mim era novo. Descemos à terra; e a primeira impressão que experimentei foi acompanhada de algo incômodo. Seria porventura um pressentimento? A vista desta população mesclada de brancos, negros e mulatos de todas as graduações me entristeceu um pouco. Atravessei o pequeno largo do Capim, onde se açoitava um negro amarrado ao pelourinho. Esta cena me revoltou, pois eu era bisonho quanto à escravidão. Mais adiante via a fachada de São Francisco de Paula, onde estava escrito em grandes letras: Charitas; e não pude deixar de maldizer um povo que afetava tanto a caridade e que açoitava os negros¹⁷.

Florence expressou seu profundo desconforto com a escravidão negra em outros textos desse período, notadamente em uma versão dos diários da expedição Langsdorff, por ele reescrito justamente a partir de 1848. Ao narrar brevemente dois episódios de formação de quilombos na rota das monções entre Porto Feliz (SP) e Cuiabá (MT), desbaratados pelas forças repressoras escravistas, afirmou:

A infeliz raça, sem embargo de quererem os brasileiros fazer crer o contrário, parece não de todo resignada à escravidão, tanto que os pobres negros tiveram a coragem de embrenhar-se pelas matas, expostos às feras, como a onça, e à ferocidade dos indígenas, que, não os considerando criaturas humanas, se mostram ainda mais impiedosos com eles do que com os brancos. O triste contraste é que, se os negros amam a liberdade, seus civilizados senhores os excedem, em muito, na avidez de seu suor e de tudo o mais que deles podem arrancar. (...) Muitos há, no Brasil, que exaltam a escravidão como vantajosa para os próprios escravos. Pura hipocrisia. Poderia referir milhares de casos que provam a preferência dos negros a exporem-se a todos os perigos, para se livrarem das misérias sem conto a que seus ávidos tiranos os fazem sofrer.

Mais adiante, concluiu: "cem faces tem a escravatura, todas horrendas"¹⁸. Em 1848, Florence estava bem sazonado em algumas dessas faces. Ao se casar com Maria Angélica de Vasconcelos, recebeu como dote de Álvares Machado três escravas (Antônia, africana de 48 anos, suas filhas Agostinha, 5 anos, e Torquata, 6 meses) e o escravo Benedito, com apenas 9 anos. Quando Florence morreu, em 1879, a escrava Torquata ainda estava sob seu domínio. Antônia e Agostinha já haviam falecido, a segunda no entanto tendo lhe legado a escrava Eva, nascida em 1845, e o escravo Adriano, que veio ao mundo em 1857 também pelo ventre de

Agostinha. Benedito foi vendido por Florence em 1846 por 700\$000 réis. Quando Maria Angélica morreu, seu inventário listou as três escravas que Hercule Florence recebera como dote duas décadas antes, e mais Eva, nascida nesse meio tempo¹⁹.

Entre 1830 e 1850, Florence empregou essas quatro escravas apenas no trabalho doméstico em Campinas, onde tirava seu ganha-pão com uma loja de fazendas e serviços ocasionais em sua tipografia. Proprietário e propriedades estavam fora do universo da produção rural, que o primeiro tão bem vinha representando em seus nanquins e aquarelas. O problema pessoal de Florence com a escravidão estava em outro ponto. Seu sogro, Álvares Machado, foi um dos principais defensores do tráfico negreiro no Parlamento imperial brasileiro. Ao colocar-se contra as diretrizes de combate ao tráfico ilegal que o gabinete liberal do golpe da Maioridade tentou implementar, mesmo sendo ele próprio um liberal de proa, Álvares Machado, que fora nomeado na ocasião para o governo da província rebelde do Rio Grande do Sul, afirmou que “não partilhava a esse respeito os princípios do governo (...); porque eu entendia que o Brasil sem escravatura é nada”. Sua posição pró-tráfico não foi apenas pragmática, mas sim programática, filiada à defesa orgânica da escravidão e do tráfico negreiro elaborada pelos agentes do Regresso Conservador, responsável direta pela introdução dos mais de 700.000 africanos ilegalmente importados como escravos para o Brasil após 1831. Em 21 de agosto de 1840, ao responder a um deputado crítico da escravidão, Álvares Machado foi categórico em sua defesa da instituição, no que o historiador Tâmis Parron – a quem sigo nesta análise – considera como “um dos mais contundentes discursos pró-escravistas feitos no Parlamento brasileiro na primeira metade do século XIX”. Eis a posição de Álvares Machado:

entende o meu ilustre colega que é anti-cristão ir-se resgatar os africanos de mãos bárbaras e cruéis e trazê-los para um país cristão, educá-los e ensinar-lhes a religião. Diz o meu ilustre colega que é contra o evangelho; mas eu desafio o meu ilustre colega que me apresente um só lugar do Novo Testamento em que claramente se fale contra a escravidão. Será bastante que venhamos aqui dizer que essa lei é contrária ao cristianismo, depois que tantos papas em tantos e tão diversos tempos têm aprovado este comércio? Os pontífices de Roma não entenderiam a religião cristã melhor do que nós? Toda a cristandade entenderia a religião cristã de uma maneira diversa da do nobre deputado? Que nova revelação apareceu para mudar de idéia a este respeito? O povo de Deus, o povo de Israel não teve escravatura? O fundador da nossa religião, Jesus Cristo, não disse que não vinha destruir a lei, mas sim reformá-la? Disse ele que a escravatura não era permitida aos cristãos? Não existe a epístola de S. Paulo mandando apadrinhar uma escrava que tinha fugido? Disse aquele apóstolo que não era permitido ter escravos? Quando escrevia a Tito ou Filemon? Não é mais senão dizer que no século XIX ainda se fala em escravos, tendo-se passado 19 séculos em que foi tolerada a escravidão? (...) Mas não é a isto que apelamos, é ao direito de filantropia e benefício que fazemos aos africanos, tomando-os das mãos bárbaras e cruéis de seus senhores e trazendo-os a um país civilizado; e, pelo lado religioso, abrindo-lhes as portas do céu, batizando-os e fazendo-os cristãos²⁰.

A “hipocrisia” que Florence criticara em 1848 estivera ali ao seu lado, na casa de seu sogro e de sua sogra. Após o falecimento de Álvares Machado,

19. Informações retiradas dos inventários de Maria Angélica Vasconcelos, 1850, e de Hercule Florence, 1879. Para o dote e a venda de Benedito, ver Maria Alice Rosa Ribeiro (2016, p.215).

20. Apud Tâmis Parron (2011, p.162). Dirceu Franco Ferreira (2014, p.187) também apontou a divergência entre genro e sogro em torno do tema da escravidão negra.

21. Ver Maria Alice Rosa Ribeiro (2016, p.222).

22. Para uma exposição recente que esposa essa interpretação, ver os ensaios de Katherine Manthorne, Cláudia Valladão de Mattos, Leticia Squeff, e Elaine Dias no catálogo editado por Peter John Brownlee, Valéria Piccoli e Georgiana Uhlyarik (2015).

23. Ver Maria Alice Rosa Ribeiro (2015).

24. Ver José Sebastião Witter (1982) e José Eduardo Heflinger Jr (2014).

em 1846, sua viúva, Cândida Maria de Vasconcelos Barros, que na ocasião estava montando o sítio que legaria como herança para seus netos (os filhos de Florence com Maria Angélica, assunto a ser tratado na próxima parte), comprou mais de uma dezena de escravos no mercado negreiro, ainda com o tráfico transatlântico ilegal aberto²¹. Somados às duas dezenas de escravos que ela já possuía, vê-se quando e como foi montada a escravaria que Hercule Florence administraria após 1851.

Dessa tensão entre o artista-inventor com inegáveis sentimentos antiescravistas e o meio familiar e social em que inscreveu, profundamente comprometidos com a escravidão, nasceu grande parte da potência das representações de Hercule Florence sobre a produção escravista de açúcar e de café. Os historiadores da arte argumentam que a produção paisagística dos artistas-cientistas que percorreram o Brasil na primeira metade do século XIX forneceu elementos importantes para a construção da identidade nacional brasileira, associada à exuberância da natureza tropical²². Florence nos mostra a outra face dessa moeda, ao explicitar como o novo país estava sendo construído com base na dilapidação desses recursos naturais e na compulsão em massa do trabalho escravo africano.

A série que estamos analisando se encerrou com o retorno de Florence à Ibicaba, quando se estava em vias de completar a transição da economia açucareira para a cafeeira no Oeste de São Paulo. Ao falecer, em 1850, Antônio Manoel Teixeira ainda insistia no açúcar. Seu filho, Francisco Teixeira Vilela, promoveria nos anos seguintes rápida reconversão dos investimentos familiares para o café²³. Desde o começo da década de 1840, Nicolau Vergueiro já se voltara ao segundo produto, acompanhando de perto as ameaças britânicas ao tráfico transatlântico de escravos. Procurando alternativas à dependência exclusiva em relação aos escravos africanos (mesmo que naquela altura os estivesse importando em larga escala), em 1841 Vergueiro engajou cerca de 90 colonos do norte de Portugal para trabalharem em Ibicaba sob o regime de parceria. Cada família de colonos seria responsável pelo amanho e cultivo de um dado número de pés de café; após o beneficiamento, o montante obtido com a venda dos grãos seria repartido meio a meio entre fazendeiro e colono, descontando-se (com juros embutidos) o adiantamento pago pelo transporte da Europa à fazenda. O parceiro só poderia sair da fazenda após quitar toda sua dívida com o fazendeiro. Tal esquema de mobilização de trabalho nominalmente livre foi suspenso com os eventos da Revolução Liberal de 1842. Retomado em 1847 pela firma Vergueiro & Cia (uma sociedade de Nicolau com seus filhos José e Luiz), o modelo foi convertido em um ambicioso projeto de imigração de famílias alemãs e suíças destinado a abastecer com novos trabalhadores as fazendas da fronteira cafeeira do Oeste de São Paulo²⁴.

As duas paisagens que Hercule Florence compôs sobre a fazenda Ibicaba na década de 1850 podem ser concebidas como peças de propaganda do chamado "sistema Vergueiro", porventura entendido pelo artista como uma

solução – ainda que gradual – ao problema da escravidão. A primeira delas, de junho de 1850, traz uma espetacular vista do conjunto de Ibicaba, tirada do alto do Morro Azul (Figura 6).

25. Sobre esse modelo espacial, ver Rafael de Bivar Marquese (2006).



Figura 6 – Hercule Florence. *Vista da Colonia Allemã, Senador Vergueiro, situada na Fazenda Ybicaba, Distrito de Villa da Limeira, Prov de S. Paulo – junho 1850*, 1850, nanquim e grafite sobre papel, 40,9 x 54, 1 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

A perspectiva que se abre pelo ponto de observação adotado nos permite apreender toda a lógica de organização espacial da fazenda. No primeiro plano, vemos pés de café recém-plantados, o que sugere a expansão da escala de produção com a chegada dos novos trabalhadores. Os cafezais são cultivados à meia-encosta para fugir das geadas que atingiam os fundos de vale. Em um deles, na parte direita central da imagem, está a moradia dos colonos, sobre a qual recai a maior atenção de Florence, como indica sua própria notação ao pé da imagem. O traço é bastante cuidadoso no registro da disposição das casas dos parceiros, agrupadas em quarteirões simétricos que obedecem a uma clara ordem disciplinar. O artista explicita a separação espacial entre a sede da fazenda, espaço escravista por excelência (em Ibicaba, como de resto em todo o centro-sul cafeeiro do Brasil, as senzalas em quadra eram acopladas à casa senhorial, ao terreiro e às edificações voltadas ao beneficiamento e armazenamento do café)²⁵, e a colônia dos trabalhadores suíços e alemães, cisão esta que procurava distanciar

26. Para uma leitura perspicaz da ordem espacial da fazenda Ibicaba, a que sigo, ver Felipe Landim Ribeiro Mendes (2015).

27. Creio ser possível repetir com essa imagem de Ibicaba o que Boris Kossoy magistralmente fez com o relato da expedição Langsdorff, isto é, identificar o exato ponto de vista de Florence na composição de suas paisagens e fotografá-las na sequência. O Morro Azul fica na altura do Km 161 da atual rodovia dos Bandeirantes (SP-348), à esquerda de quem viaja da capital para o interior do Estado de São Paulo. As reservas florestais são hoje da parte da malha urbana do município de Cordeirópolis.

no que fosse possível os parceiros das duas centenas de escravos que labutavam em Ibicaba. É preciso certa atenção para localizar a sede, no canto esquerdo da imagem. Mas, assim que o olhar repousa sobre ela, ressalta-se imediatamente um frondoso jequitibá que lhe está adiante. Ao contrário das árvores mortas deixadas no meio dos cafezais, este exemplar exhibe toda sua exuberância, no que igualmente ocorre com a vastíssima mata atlântica em toda a linha do horizonte, concebida pelos Vergueiro como zona de reserva para a futura expansão das atividades produtivas da fazenda²⁶.

Jequitibás, árvores queimadas em meio à “monotonia” dos cafezais, cinta de floresta virgem na linha do horizonte: os temas desenvolvidos nas duas décadas anteriores estão todos aqui. Assim como o forte sentido de concretude da paisagem, com uma vista tirada de um ponto geográfico ainda hoje facilmente localizável²⁷. O mesmo não se pode dizer, contudo, da outra imagem sobre a Ibicaba, datada de junho de 1854 (Figura 7).



Figura 7 – Hercule Florence. Sem título, junho de 1854, nanquim e grafite sobre papel, 27,2 x 36,8 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

Aparentemente, voltamos ao enquadramento e a alguns dos motivos adotados para a composição da aquarela de 1830 (Figura 1): vista frontal da sede da Ibicaba, gado no primeiro plano, jogo horizontal e vertical dado pelos troncos derrubados e de pé. Uma análise mais detida, contudo, mostra o

afastamento entre as duas representações. O personagem central do nanquim de 1854 é, sem sombra de dúvidas, o enorme jequitibá que lhe corta ao meio, o mesmo que já havia atraído a atenção de Florence na composição do manuscrito *L'Inventeur au Brésil* e na vista da colônia alemã de Ibicaba, ambos de 1850. Domínio sobre o mundo natural, domínio sobre a produção da paisagem, domínio sobre as coisas e os homens: esse exemplar da flora original que, por capricho do potentado rural, escapou à ação do machado e do fogo (os dois restos retorcidos à direita lá estão a comprová-lo), é uma expressão quase que monumental do poder de José Vergueiro (então à frente da gestão de Ibicaba), que aliás vemos ao pé da árvore. Sempre atento ao referente, Florence oferece aqui uma construção imaginária: jamais houve em Ibicaba uma colônia alinhada – com os respectivos cafezais em sua retaguarda – na base do morro próximo à sede. O que ele pretendia com tal procedimento?

Uma explicação para a solução de contiguidade espacial entre o *compound* de casa-grande/senzalas e uma linha de casebres que nunca existiu se encontra na apropriação promovida pelo gravurista do livro *Brazil and the Brazilians*, publicado nos Estados Unidos em 1857. O livro, em realidade, reuniu dois relatos distintos preparados por missionários presbiterianos: o de Daniel P. Kidder, composto com base em sua estadia no Brasil no final dos anos 1830 e publicado originalmente em 1845, e o de James C. Fletcher, resultado de duas longas visitas ao Brasil na primeira metade da década de 1850. Fletcher esteve em Ibicaba em julho de 1855, elaborando um relato altamente favorável à experiência então em curso com o sistema de parceria. A narrativa é ilustrada por duas gravuras anônimas, uma das quais (Figura 8) baseada no desenho de Florence, ainda que o mesmo tenha sofrido modificações importantes (o jequitibá, por exemplo, deu lugar a uma palmeira, que, para os norte-americanos acostumados aos relatos de viagem sobre o Caribe, equivalia ao signo dos trópicos)²⁸.

28. Ver D. P. Kidder & J. C. Fletcher (1857, p. 405-413). Sobre a trajetória de Fletcher no Brasil, ver também Bruno Gonçalves Rosi (2013).

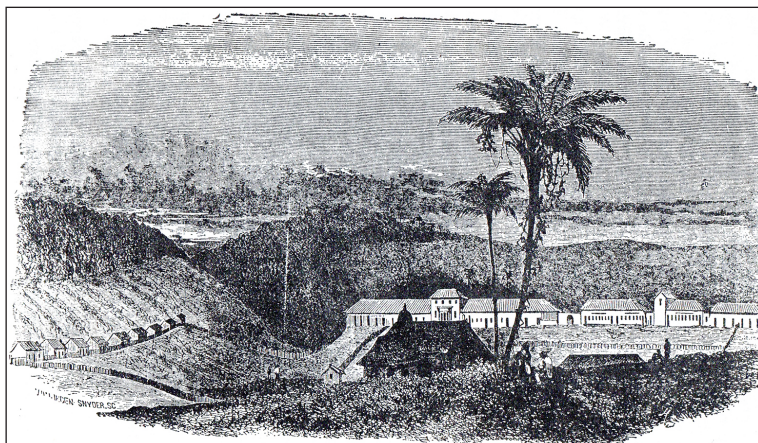


Figura 8 – Fazenda Ibicaba, D. P. Kidder & J. C. Fletcher, *Brazil and the Brazilians, Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857, p.406.

29. Ver Maria Alice Rosa Ribeiro (2016, p.220).

30. Ver Teodoro de Sousa Campos Júnior (1952, p.240).

De posse dessas informações, pode-se aventar que os Vergueiros tenham encomendado a Florence uma representação idealizada de seu empreendimento com o propósito de empregá-la como arma de propaganda, ocasião esta encontrada na visita que Fletcher lhes prestou no ano seguinte à composição da imagem original. Como prova adicional para essa hipótese, temos o envolvimento direto de Hercule Florence com a experiência do sistema de parceria nesses mesmos anos de 1854-1855, agora como fazendeiro. É o que veremos a seguir.

Florence como cafeicultor escravista: o sítio da Soledade

Em 1850, faleceu Maria Angélica de Vasconcelos, primeira esposa de Hercule Florence. Ele se viu, então, sob grande pressão para obter meios adicionais de sobrevivência, haja vista que o que ganhava com seu negócio de fazendas e tipografia era claramente insuficiente – de acordo, claro, com as expectativas do meio social em que estava inscrito – para manter sua numerosa família de oito filhos, com idades variando de seis a 19 anos. A atividade de inventor e artista nada lhe trouxera em termos materiais. Sua sogra, antevendo o problema, desde 1844-1845 vinha montando um sítio que pretendia deixar para os netos. Um mês antes de morrer, em outubro de 1851, Cândida Maria de Vasconcelos Barros lavrou testamento nomeando-os como únicos e legítimos herdeiros de seus bens. Dos 31 escravos que possuía, cinco foram alforriados pelos termos de seu testamento; a propriedade humana que ela lhes legava, portanto, era composta por 26 cativos (18 homens e oito mulheres). O sítio, ainda não batizado, também fazia parte da herança deixada aos netos²⁹. Poucos meses depois, em fevereiro de 1852, Hercule Florence já aparecia em uma relação de 75 fazendeiros de café e senhores de engenho em operação no termo de Campinas, conforme ofício que a Câmara Municipal enviou ao Presidente da província de São Paulo³⁰. Daí até sua morte, quase trinta anos depois, Florence viveria como fazendeiro escravista de café em Campinas, administrando em nome de seus filhos a propriedade familiar com três dezenas de cativos – dos quais apenas Antônia, Agostinha, Torquata e Eva eram bens próprios.

O desconforto com sua nova situação inscreveu-se na própria toponímia da nova unidade escravista. Soledade, de fato, era um nome bastante adequado para traduzir seu estado de espírito em meados do século. Em carta a seu irmão Fortuné datada de 16 de setembro de 1854, a quem não via desde que se mudara para o Brasil trinta anos antes, Hercule fez um balanço de sua trajetória e de suas perspectivas:

Quantos erros tenho cometido em minha vida, cuja triste consequência foi não ter tido sobretudo os meios de ir a Mônaco. Tantos europeus que aqui chegam e fazem fortuna, e eu, sempre distraído pelos trabalhos artísticos perdi meu tempo sem nenhum fruto. Isso te parece me acusar de faltar com a atenção para com minha família? Talvez eu não seja tão culpado de meus erros; talvez estes sejam provenientes de uma natureza invencível que não terá sido

minha obra. Te escrevi diversas vezes que vivo nas terras de meus filhos, pois a sorte não quis que eu herdasse nada dos bens da minha sogra, que sempre me tratou muito mal; mas como tenho muito bons filhos, o que lhes pertence, pertence também a mim. Quanto às terras no campo, estas me pertencem durante a menoridade deles e como eu tenho uma segunda esposa, atualmente grávida, comprei umas terras para iniciar uma plantação de café, a fim de ter um patrimônio para meus velhos dias. Estou às vésperas de contratar cinco famílias de colonos com esse propósito. Aqui estou há três anos, transformado em plantador de café. Esta não é tarefa pequena tal qual supervisionar 30 escravos, os animais, as plantações, etc., etc. Foi necessário moldar meu caráter a esta nova prova; é verdade que não sou muito brilhante como se diz aqui, mas também não me saio tão mal. Conto com a ajuda de meu filho Amador, durante minha ausência.

31. Sobre Carolina Krug, sua família alemã e o casamento com Hercule Florence, ver Arilda Inês Miranda Ribeiro (2006, p.17-30).

A missiva bem expressa como Florence percebia as relações entre frustração profissional, sentimento de exílio e obrigações familiares. A cafeicultura escravista aparecia como uma imposição das circunstâncias. Entretanto, a despeito do que sugeria ao irmão, esse caminho também resultara de suas próprias escolhas. A moldagem de seu "caráter", de alguém com sentimentos antiescravistas transformado em um senhor de escravos que afinal não estava se saindo "tão mal", ainda era um processo em andamento que só se completaria no final da década de 1850 após outras opções pessoais.

Nesse interregno, a família continuou a aumentar. Em janeiro de 1854, Florence contraiu segundas núpcias com Carolina Krug, então com 26 anos, ou seja, um pouco mais velha que seu primogênito Amador (23 anos). Carolina migrou da Alemanha para o Brasil em dezembro de 1852, acompanhada de pai, mãe, três irmãos e uma irmã. Seu irmão mais velho, o farmacêutico Jorge Krug, desde 1846 estava muito bem estabelecido em Campinas, e foi esse sucesso que atraiu o restante da família para o Oeste de São Paulo. Formada como pedagoga na Suíça, com domínio perfeito do francês, Carolina carregava um capital cultural significativo. Hercule se aproximou dela por meio da amizade com Jorge. Em relativamente pouco tempo, casaram-se. Em 1855, nasceu o primeiro dos 7 filhos que Hercule e Carolina teriam nos 12 anos seguintes. Outro evento marcou a vida dele naquele ano. Com Carolina carregando a tiracolo o recém-nascido Ataliba e à frente dos cuidados com os filhos do primeiro casamento, e com Amador a cargo dos negócios cafeeiros, todos eles residindo na Soledade, Hercule finalmente pôde voltar à Europa para visitar seus parentes, a única ocasião em que ele o fez depois de migrar para o Brasil em 1824³¹.

Diante das condições econômicas regionais, com *know-how* agrônômico cafeeiro local já acumulado e conexões comerciais com o porto de Santos bem estabelecidas, a opção pelo café pareceu a mais natural a Florence ao assumir a gestão da herança dos filhos, sobretudo tendo-se em mente que, quando da aquisição das terras da Soledade por Cândida Vasconcelos em 1845, havia nelas um conjunto de cerca de 400 pés de café, capazes de sustentar com novas mudas a expansão do parque produtivo (a montagem de uma unidade cafeeira requer certo tempo, pois os pés entram em plena produção somente cinco anos após o

32. Sobre a classificação coeva das unidades rurais cafeeiras conforme suas dimensões, ver C. F. Van Delden Laërne (1885, p. 273-274); sobre os preços do café, ver Mauro Rodrigues da Cunha (1992, p. 283-391).

33. "Informações sobre a Colônia Florence" (1856).

plântio). A escala espacial e humana com a qual Florence iria trabalhar igualmente reforçaram a escolha pelo café. Com as aquisições de terras mencionadas na carta a Fortuné, Soledade contou na década de 1850 com cerca de 58 alqueires paulistas (= 140 hectares) e 30 escravos. Essas dimensões, que de acordo com nomenclatura da época classificavam Soledade como "sítio", mas não como "fazenda", tornava inviável o estabelecimento de um engenho de açúcar. Por fim, a partir de 1848 os preços do café pagos aos produtores brasileiros vivenciaram uma excelente conjuntura, com forte valorização³².

Conforme anunciado a Fortuné, em meados da década de 1850, quando o sítio da Soledade se encontrava em condições ótimas de operação, Hercule abraçou o sistema de parceria promovido pela Vergueiro & Cia. Quem o implementou foi Amador, em razão da ausência do pai em viagem a Mônaco. A colônia sofreu rápida depuração: tendo começado em setembro de 1855 com cinco famílias e 37 pessoas, um ano depois ela continha apenas duas famílias e quatro jornaleiros, totalizando 23 pessoas (com exceção de um jornaleiro de 14 nascido na Prússia, todos eram originários da Suíça). Dado o número considerável de crianças menores de 12 anos, a força de trabalho livre efetiva com a qual se poderia contar era de 11 indivíduos³³.

Em abril de 1855, pouco antes de partir para a Europa para a visita familiar e de iniciar a experiência com os parceiros suíços, Hercule compôs três desenhos da Soledade, que nos fornecem informações valiosas sobre seu arranjo espacial.

As duas primeiras representações (Figuras 9 e 10) são estritamente complementares, oferecendo vistas frontais do sítio da Soledade a partir de ângulos distintos. Hercule provavelmente as fez para mostrar aos seus parentes em Mônaco as feições gerais da propriedade. A casa de vivenda de solução modesta, com o terreiro defronte e ladeada à sua esquerda pelas senzalas e, mais abaixo, pelo engenho de café, fora construída à meia-encosta. Atrás dela, permanecia intacta uma grande cinta de mata virgem, que dera espaço a pastos e cafezais no restante do campo de visão aberto ao observador. A terceira vista (Figura 10) guarda especial interesse por dois referentes: o grande cafezal na parte superior da colina entremeado por árvores queimadas e uma sequência de cinco pequenos casebres na extremidade esquerda, também à meia-encosta. Conforme informou Florence em relatório à Presidência da Província datado de 2 de outubro de 1856, essas cinco casas haviam sido construídas para receber as famílias de suíços que contratara à Vergueiro & Cia.. Ou seja, o padrão espacial de separação entre senzalas e colônias que observamos na fazenda Ibicaba se fez igualmente presente no sítio da Soledade, o mesmo valendo para a arquitetura dos cafezais, tudo isso a despeito das escalas radicalmente distintas das duas unidades cafeeiras. Que Hercule Florence estava seguindo a norma do Oeste de São Paulo comprova-o o esquema de alinhamento vertical dos pés de café, como podemos notar no terceiro desenho que ele preparou nessa ocasião, uma vista tirada do terreiro

defronte à casa de vivenda (Figura 11): as linhas riscadas no morro à direita podem indicar tanto a incompletude da composição como o transplante recente das mudas de café, mas elas são inequívocas quanto à indicação da técnica de plantio adotada.



Figura 9 – Hercule Florence. *Sítio da Soledade, tomado do lado N.N.O. abril 1855*, 1855, aquarela, nanquim e grafite sobre papel, 26,8 x 40,0 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.



Figura 10 – Hercule Florence. *Vista do Sítio da Soledade, tomada em 10 de abril de 1855*, 1855, nanquim sobre papel, 26,8 x 40,1 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

34. A melhor introdução ao evento é, certamente, o relato de Thomas Davatz (1980).



Figura 11 – Hercule Florence. Sem título (Sítio da Soledade), s.d. (c. 1855), nanquim e aquarela sobre papel, 26,7 x 39,9 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

Em outubro de 1859, Hercule Florence preparou outro relato para a Presidência da Província sobre o estado de sua colônia. A insistência para que esses documentos fossem apresentados com tanta frequência devia-se à revolta dos parceiros de Ibicaba no natal de 1856, que ameaçara a continuidade de todo o sistema³⁴. O novo relatório nos permite ter uma ideia mais precisa da gestão da paisagem agrária na Soledade. Dos 58 alqueires do sítio, apenas 20 eram cultivados com café; os pastos ocupavam 14 alqueires, e o amanho de mantimentos (basicamente milho e feijão), outros oito alqueires. Os 16 alqueires restantes representavam reserva para expansão futura das operações, ocupados que estavam com mata virgem, “que não se pode derrubar por se precisar”. Hercule, portanto, estava adotando o sistema de cultivo extensivo empregado em toda a cafeicultura brasileira, dependente da incorporação constante de novas terras de derrubada para a manutenção das elevadas taxas de produtividade dos pés, à custa contudo de um enorme impacto ambiental. As famílias dos irmãos Jacob e Mathias Blumer – a primeira com nove membros (dos quais seis com idade para o trabalho na roça), a segunda com 10 membros (cinco acima dos 12 anos) – cultivavam cada qual 7.000 pés de café em dois alqueires e meio, e dividiam entre si os cinco casebres da colônia. As informações que Hercule prestou sobre a colheita de café das duas famílias de parceiros nos dá

acesso à produtividade dos cafezais da Soledade. Na safra que acabara de se encerrar, ela girou entre 88 e 105 arrobas por mil pés: patamar elevadíssimo, típico de fazendas recém-abertas na fronteira cafeeira³⁵.

○ plantio de novos pés de café e sua elevada produtividade aumentavam a pressão por mais trabalhadores. Segundo a avaliação de Florence exposta no relatório de 1856, esse não era um problema exclusivo da Soledade. “Que a lavoura está em plena crise por falta de braços”, afirmou, “é sabido de todos. O preço exorbitante dos escravos, que se pode comparar às molas de um mecanismo, quando tesas em demasia, basta para o provar; mas o observador que percorre as nossas vastas plantações de cafés, reconhece também esta crise, porque se aparecem florescentes cafezais, a metade, ou a terça parte estão no mato pedindo braços e cultura”. O outro lado da questão estava no sistema de transporte: “a lavoura tem aqui um segundo flagelo, ainda maior, e é a careza das conduções, que ameaçam subir fora do termo, e produzir uma distensão, da qual resulte um afrouxamento irreparável”³⁶.

Os gargalos do trabalho e do transporte identificados por Florence eram, na verdade, desdobramentos diretos da bonança cafeeira no mercado mundial após 1848 e do fechamento do tráfico transatlântico de escravos em 1850. Em todo o centro-sul do Brasil, os cafeicultores imediatamente ampliaram a escala de seus cafezais e, portanto, o volume global de produção que chegou ao mercado em meados da década. Com a oferta de escravos africanos estancada, os preços dos cativos vendidos no mercado interno dispararam; dada a lucratividade maior da cafeicultura, o plantio de mantimentos foi relegado a segundo plano. Com mais café sendo colhido, a pressão sobre os meios de transporte disponíveis também aumentou: o problema, agora, estava na necessidade da mobilização de mais mulas, cujo combustível básico era o milho, um dos produtos que mais sofreram o impacto inflacionário da alta do café³⁷. Em carta a Fortuné de 12 de fevereiro de 1857, Florence reclamou do custo crescente das mulas: de que vale produzir tanto café, perguntou, se um terço do que se ganha com a venda serve tão-somente para empatar o frete? O mais interessante, contudo, foi sua ácida crítica aos colonos que empregava no sistema de parceria, crítica esta ausente da documentação oficial que enviou ao Presidente de província: “vivemos no país uma tentativa de colonização para substituir os negros por trabalhadores livres. Esta meta é filantrópica, mas com efeito há muitos erros nas tentativas de reformas. Os colonos da Europa são exigentes, grosseiros, ignorantes, ingratos. Os meus não têm valido a pena que despertam”.

No que se refere à percepção negativa sobre os colonos, Florence não foi voz solitária entre os cafeicultores escravistas do Oeste paulista. Em 1860, ao percorrer as fazendas de café da região para inspecionar o funcionamento do sistema de parceria e o fundamento das reclamações que deram origem à revolta dos colonos em Ibicaba, o diplomata suíço J. J. Von Tschudi ouviu dos fazendeiros que entrevistou queixas bem próximas às que Florence enviara ao irmão três anos antes. Tschudi não deixou de criticar com

35. “Relatório dado por Hercules Florence a respeito de seus colonos” (1859). Sobre o padrão extensivo da cafeicultura brasileira e os diferenciais de produtividade por mil pés, ver Rafael de Bivar Marquese (2013); Antonio Barros de Castro (1971, v.2, p. 60–61); João Luis Ribeiro Fragoso (1983) e Rogério Naques Faleiros (2010).

36. “Informações sobre a Colônia Florence” (1856).

37. Ver Rogério de Oliveira Ribas (1989, p. 170–97) e Valter Martins (2010, p. 38–41). Sobre a lucratividade maior da cafeicultura comparada à produção de mantimentos, ver as observações contemporâneas de Luís Peixoto de Lacerda Werneck (1855).

38. Cf. J. J. Von Tschudi (1980, p.166).

39. Cf. J. J. Von Tschudi (1980, p.147).

40. Cf. Emília Viotti da Costa (1989, p.158).

aspereza muitos desses mesmos fazendeiros por reproduzirem, com seus colonos nominalmente livres, as arbitrariedades que cometiam livremente contra seus escravos. Florence, todavia, passou bem pelo teste. Tschudi pernoitou na Soledade, conversando até tarde com seus compatriotas. A princípio reticentes quanto à honestidade de Florence – como visto, a desconfiança era recíproca –, os irmãos Blumer,

quando se convenceram da sinceridade do fazendeiro [H.F.], da lisura de suas contas e da possibilidade de se livrarem das dívidas por uma atividade inteligente e contínua, começaram a trabalhar sem descanso. (...) Poucas semanas antes da minha visita, um dos colonos adquirira uma propriedade no valor de 2 contos e 925 mil réis, tendo pago mais de dois terços a vista, e esperava pagar o restante com o produto da safra do ano corrente. O outro, que pretendia voltar para sua pátria, depositara seu dinheiro com o fazendeiro. (...) Se o sistema de parceria fosse aplicado em toda a parte como aí, não deixaria de ser um grande benefício tanto para os fazendeiros como para os colonos³⁸

Não obstante esse aparente sucesso, Hercule Florence abriu mão do sistema de parceria no início da década de 1860, ao não repor as famílias dos irmãos Blumer com a contratação de novos parceiros. Doravante, sua força de trabalho passou a ser composta quase exclusivamente por escravos, salvo as poucas ocasiões em que contratou – por períodos curtos e no pico da safra – jornaleiros livres. A documentação privada que lastreia esse texto é lacônica quanto às razões da adoção de tal estratégia gerencial, mas, observando-se o quadro mais amplo da economia do Oeste paulista, é possível compreender os motivos da escolha de Florence.

A revolta dos colonos de Ibicaba em dezembro de 1856 feriu de morte a experiência do “sistema Vergueiro”, com o endurecimento do controle dos governos suíço e prussiano sobre os agentes de emigração que operavam na Europa em nome da firma brasileira. Na avaliação de Tschudi, de 1857 em diante “não se pode afirmar que o sistema de parceria acabou para sempre; ficou, é verdade, bastante reduzido, sem esperanças de voltar a ter o vulto que tivera”³⁹. Sua inspeção em 1860 explicitou um problema adicional com o sistema: excetuando-se justamente o sítio da Soledade, nenhum fazendeiro conseguira impor aos parceiros uma carga de trabalho (medida pela proporção pés de café / trabalhador de roça) sequer próxima à que os escravos eram obrigados a cumprir. Ao fim dessa curta experiência na década de 1850, o trabalho escravo provara ser mais lucrativo e confiável aos investimentos a longo prazo do que o trabalho nominalmente livre proposto pelo sistema da parceira. Como bem ressaltou a historiadora Emília Viotti da Costa, a primeira metade da década de 1860 foi marcada pela “revalorização do braço escravo”⁴⁰. Nessa conjuntura, os fazendeiros das fronteiras e das zonas maduras cafeeiras poderiam contar com duas estratégias para a reposição ou ampliação da força de trabalho. A primeira vinha sendo utilizada desde 1850, isto é, o tráfico interno de escravos, pelo qual os cafeicultores

compravam cativos das regiões menos dinâmicas economicamente do Império do Brasil, originalmente alocados na produção de mantimentos, na pecuária e nas atividades urbanas, concentrando-os nas grandes propriedades cafeeiras do Centro-Sul do país. Diante da explosão dos preços dos escravos, essa via estava aberta apenas aos fazendeiros mais capitalizados. A segunda consistiu em estimular a reprodução vegetativa da escravaria, desde a década de 1830 apresentada como uma solução para o eventual fim do tráfico transatlântico negreiro para o Brasil⁴¹.

Hercule Florence apostou na segunda via. Um dos maiores propugnadores da estratégia da reprodução vegetativa para a expansão da escravidão brasileira foi o major francês Charles Auguste Taunay, o irmão mais velho de Adrien e Félix-Émile. Carlos Augusto (na versão abasileirada de seu nome) manteve volumosa correspondência com Hercule entre 1862 e 1864 a respeito de assuntos agrônômicos, notadamente sobre a invenção de uma nova estufa para secar café, que Taunay testara nas propriedades do Barão do Rio Bonito, no Vale do Paraíba fluminense. As tratativas com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional para obter o devido reconhecimento do invento fracassaram: para além das relações familiares que vinham da década de 1820, Taunay e Florence partilharam nessas cartas o sentimento de frustração em relação ao descaso com suas inovações.

Em vista dessas conexões, não há dúvida que o segundo conheceu o *Manual do Agricultor Brasileiro*, publicado pelo primeiro em 1839. Neste guia prático para a gestão escravista, Taunay fundamentou suas prescrições propondo a racionalização do sistema punitivo das fazendas (castigar menos os escravos, porém com maior eficiência, para o que efeito disciplinar fosse maior), a adoção de um sistema de premiações mais generoso (com pagamentos sistemáticos por trabalhos extras, por exemplo), o estímulo à formação de famílias escravas estáveis e os cuidados atentos com as grávidas e os recém-nascidos. “O senhor humano que tiver estabelecido uma disciplina razoável e regularmente observada na sua fazenda, e equiparado pouco mais ou menos o número de machos ao das fêmeas”, anotou Taunay, “pode contar que com bem poucas compras conservará a sua escravatura completa e a transmitirá aos filhos melhor, mais dócil e mais adestrada, se souber convenientemente tratar e educar os crioulos”⁴². Por meio dessa rigorosa pedagogia escravista, o objetivo final seria o de criar uma comunidade escrava estável, moldada conforme os propósitos de maximização da produção.

Soledade parece ter sido conduzida conforme esse princípio de conjugação estreita entre disciplina e paternalismo. Não há registros na documentação privada de Hercule Florence de compras de escravos no mercado interno. A escravaria sob seu comando parece ter se mantido relativamente estável ao longo do tempo, com base do estoque inicial de 26 cativos que sua sogra legou aos netos em 1851, aos quais devemos somar as quatro escravas que já possuía.

Veja-se, a propósito, a composição demográfica da força de trabalho da Soledade no começo da década de 1870. Obedecendo às normativas que

41. Ver Robert W. Slenes (2004); José Flávio Motta (2014); Rafael de Bivar Marquese (2004, p.259-298) e Ricardo Salles (2008).

42. Cf. Carlos Augusto Taunay (2001, p.77-78).

regulamentaram a Lei do Ventre Livre, em 21 de agosto de 1872, Florence matriculou parte dos escravos que viviam no sítio. A listagem arrolou 12 escravos e sete escravas: dela constaram tanto os que eram de sua propriedade plena ("bens próprios") como aqueles que administrava (como "bens de usufruto") em razão do falecimento dos filhos do primeiro casamento (Celestina, Arnaldo e Paulo)⁴³. Havia, contudo, mais escravos vivendo e trabalhando na Soledade. Os cadernos de contabilidade do sítio para os anos de 1870 a 1876 contêm duas valiosas indicações. A primeira é um acompanhamento minucioso e individualizado dos escravos que colheram café na safra de 1873: constam, aí, 10 nomes (seis homens e quatro mulheres) que não aparecem na matrícula de 1872. A segunda é uma lista sem data, porém muito provavelmente também de 1873, intitulada "Relação dos Negros do Sítio": há mais cinco nomes (um homem e quatro mulheres) listados ao final, das quais três foram anotadas como "livres". O que isso nos indica? A hipótese mais plausível é a de que os 10 escravos da lista de controle de safra pertenciam aos filhos do primeiro casamento de Florence emancipados antes de 1872 (Antônio, Angélica e Cândida), e que optaram por mantê-los na Soledade. A prova para tanto está na contas correntes mantidas nos nomes desses filhos na documentação contábil de Hercule Florence. Os demais cinco "*Negros do Sítio*" são, provavelmente, filhos desses 10 escravos, porém não incorporados à colheita de café por terem idade insuficiente; as três classificadas como "livres" assim o foram por terem nascido depois da aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, que libertou o ventre de suas mães escravas.

Caso a suposição esteja correta, esses dados mostram portanto um total de 19 escravos, 12 escravas e três "ingênuas" (ou seja, filhas de mães escravas, porém nascidas depois da Lei do Ventre Livre) vivendo na Soledade em 1873. Desses 34 indivíduos, 10 eram consideradas como crianças não-aptas ao serviço de roça, o que nos sugere uma situação de relativa estabilidade demográfica no balanço geral de mortes e nascimentos. O fundamento para tanto residiu na constituição de famílias escravas. Exemplificando: Torquata, filha da africana Antônia (parte do dote do primeiro casamento de Hercule Florence) e casada com Abraão (um dos escravos legados por Cândida Vasconcelos aos netos), pertencera a Florence desde os seus seis meses de vida. Sua filha Sara, com 14 anos em 1872, e seus sobrinhos Eva (26 anos) e Adriano (15 anos), filhos de sua irmã Agostinha, já falecida naquela data, formavam a terceira geração de escravos dessa família sob o comando de Florence. Infelizmente ainda não temos à disposição informações sobre os laços de parentesco e idades dos sete escravos, cinco escravas e três ingênuas que não apareceram na matrícula de Florence em 1872, mas que faziam parte da comunidade cativa da Soledade. Para os 19 que foram arrolados na matrícula, apenas Joaquim, com 40 anos de idade, não tinha laços de parentesco com outros cativos. Todo o restante da escravaria matriculada em 1872 se encontrava organizada em sólidos núcleos familiares como o de Abraão e Torquata; todas as cinco mulheres acima de 15 anos estavam casadas; dos nove homens nessa faixa etária (dois dos quais, João e Adriano, com exatos

com 15 anos), cinco eram casados e um viúvo. Esses números mostram que, proporcionalmente, havia mais famílias escravas na Soledade do que nas propriedades que lhe eram equivalentes no município de Campinas: nos sítios com 15 a 19 escravos que foram matriculados em 1872, 42,5% dos homens e 75,6% das mulheres acima de 15 anos eram casado(a)s ou viúvo(a)s; na Soledade, essas taxas eram respectivamente de 66,6% e 100%⁴⁴.

Os livros de contas organizados por Florence na década de 1870, lidos à luz de sua correspondência privada, permitem mapear a política de punições e recompensas adotada na Soledade, bem suas relações com os núcleos familiares escravos. Referências explícitas à ameaça de castigos físicos aparecem apenas duas vezes na documentação epistolar. A primeira, em uma carta não datada, destinada à filha Cândida: “eu vos recomendo novamente os arvoredos do quintal para que mandeis por água nos vasos das jabuticabeiras, romeiras, frutas do conde, abacates, jacas, mexeriqueiras, etc. Aqui todos sabem a importância que tem uma árvore de frutas, nós não devemos ficar atrás; mande revistar de manhã por Eva, ou Maria pequena ou Sofia, e se não derem conta, fale com Amador, para que mande castigar.” A segunda, em uma carta para Antônio, três meses antes de Hercule falecer: “fico ciente das razões que você expende na vossa carta de hoje [26 de janeiro de 1879], e acho justa em geral. Devemos forcejar para pilhar a Atanásio, porque os outros farão o mesmo, vendo impunidade.” Ou seja, nada muito preciso, tratando-se de circunstâncias de insubordinação escrava que aparentemente se deram fora do processo produtivo cafeeiro. Nessas três décadas (1851-1879), as punições físicas podem ter sido mais comuns na Soledade do que indicam essas duas peças; sendo Hercule Florence um proprietário residente que pouco se ausentava de seu sítio (quando o fazia, estava ali perto no núcleo urbano de Campinas, administrando o colégio dirigido por sua esposa), não haveria razão para assuntos relativos ao embate cotidiano entre senhor e escravos aparecerem com mais frequência nessa documentação.

Seja como for, as demais evidências sugerem que os incentivos positivos prevaleceram sobre os negativos. Em 1876, ao rever sua contabilidade daquela década, Florence colocou em ordem suas notas dispersas relativas às “molhaduras” pagas aos escravos por diversas atividades que eles desempenharam na Soledade. O que emerge desses papéis é uma política sistemática de recompensas monetárias por serviços como capinas ou plantio de mudas de café, para as quais em geral não havia premiação nas fazendas cafeeiras do Centro-Sul do Brasil. Compras de milho e feijão produzidos pelos escravos foram igualmente frequentes, o que comprova a existência de roças próprias nas mãos dos cativos da Soledade, para além das roças de mantimentos controladas diretamente por Florence⁴⁵. Esses registros também captam como os escravos procuraram transformar tais práticas em direito costumeiro. Eis a notação de 7 de setembro de 1876: “52 ³/₄ alqueires de café colhido 2 domingos a 400 rs contra a minha ordem”. Nos anos de safra abundante, Florence recorreu com frequência ao trabalho dos escravos em

44. Ver os dados em Robert W. Slenes (1999, p. 265).

45. Sobre esses dois pontos em perspectiva mais abrangente, veja-se a boa síntese de Elione Silva Guimarães. (2009).

domingos e dias santos para recolher o mais rapidamente possível todo o café maduro, pagando-lhes os mesmos valores que eram dados aos jornaleiros livres. Nesses dois domingos da safra mediana de 1876, contudo, os escravos – provavelmente com a conivência do feitor – seguiram com a prática, a despeito da ausência de determinação explícita de seu senhor para que colhessem café em dias extras. Dado o costume corrente na Soledade, não remunerar os escravos pelo trabalho aos domingos significaria quebrar acordos historicamente estabelecidos e, assim, colocar em risco a ordem disciplinar vigente.

Os registros diários de colheita individual dos escravos de roça que Hercule Florence adotou na década de 1870, em uma estratégia de quantificação da gestão escravista ímpar na cafeicultura brasileira, facultaram-lhe um controle mais agudo sobre seus trabalhadores (Figura 12).

74		Colheita do Café									
Datas	Muzila	João	Lúcio	Parão	Rubião	Diniz	Joaquim	Maurício	João	João	João
Junho 27	3	3	3	3	3	3	2	3	3	3	3
28	4		4			4	3	3	4	3	3
26	3										
30	4	4	3	3	3	4	3	2	4	4	3
Julho 1	4	2	4	3/2	4	3	3/2	4	3	3	3
2	4	3	4		4	4	3	3	3	3	3
3	4	4	4		4	3	3	4	4	4	4
4	4	4	4	1	1	3	3	4	4	4	4
6	4	4	4								
7	4	3	3	3	3	4	3	3	2	3	2
8	3	2	3	3	2	3	3	3	2	2	2
9	5	4	4			4		4	4	4	4
10											
11											
12	4	4	4			4	4	4	3	4	4
13		4				3/2		3/2			
15	4	4	4	4	4	4	3	4	3	2	3
16	4	3	4	4	4	4	4	4	3	3/2	3
17	4	3	4	4	4	4	4	4	4	4	3
18	4	3	4	4	4	4	4	4	3	4	3
14											
19	4	4			4	4	4	4	4	4	3
20											
21	5	4	4	4	5	5	4	4	3	5	3
22	5	4	5	5	5	5	4	5	3	4	3
23	4	4	5	5	4	4	4	5	4	4	3
24	5	4	5	5	5	5	4	5	4	4	3
25	5	5	5	5	5	5	4	5	5	4	3
26	5	5	5	5	5	5	4	5	5	4	3
27	2	2	2					1/2	2	2	2

Figura 12 - "Colheita de Café em 1873", Borrador n.7. Coleção Cyrillo Hercules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

O padrão comum no Vale do Paraíba e no Oeste paulista era mensurar no campo as tarefas individuais impostas aos escravos, sem registro escrito posterior por parte da administração senhorial. Com a notação criada por Florence, tornava-

se factível avaliar com precisão o desempenho de cada trabalhador durante as colheitas do café, ano após ano⁴⁶. Os desdobramentos desse mecanismo de gestão para os retornos senhoriais e a disciplina escrava podem ser conferidos pela safra de 1873. A volumosa colheita desse ano se estendeu de 26 de junho a 27 de outubro, com 24 escravos tendo trabalhado na safra, afora quatro jornaleiros livres contratados para dias específicos. Os escravos não colheram café todos os dias, e seus resultados diários tampouco foram iguais. A média foi de 65 dias de trabalho para cada escravo de roça, com 3,46 alqueires de café/dia. Houve, no entanto, um grupo especial de cinco escravos que foi mais vezes ao campo catar café (85 dias), colhendo acima da média de seus parceiros de cativeiro (4,2 alqueires/dia). O ponto mais interessante reside no fato desses cinco escravos pertencerem a três dos mais sólidos núcleos familiares da Soledade: 1) o casal Moisés e Maria Grande, pais de quatro crianças escravas de quatro a 13 anos; 2) o casal Loth e Eva; 3) Atanásio, casado com Genoveva, escrava já retirada da roça devido à idade avançada (61 anos). Esses cinco escravos estiveram igualmente entre os mais premiados em 1873 pela colheita de café nos domingos e nos dias santos.

Produção elevada, fundada no trabalho intenso dos escravos nos cafezais, porém com recompensas que privilegiavam famílias solidamente estabelecidas: valendo-se dessas estratégias, Soledade se afastou do que estava acontecendo em Campinas na década de 1870, onde as relações entre senhores e escravos vivenciaram uma crescente violência em meio às pressões pelo aumento da produção cafeeira. Essa percepção se fez presente na correspondência dos Florence: em carta de 15 de outubro de 1872, Francisco, ao relatar o caso de um assassinato (não identificado) de um senhor por seus escravos, disse a seu pai que “muito impressionou a desgraça que sucedeu em casa de Nhô [...], quer me parecer que já não são casos isolados, porém luta travada entre senhores e escravos.”. Poucos anos depois, em 1876, quando os escravos de Francisco de Salles (jovem irmão do futuro presidente da República, Campos Salles) o mataram a enxadadas, dentre as justificativas que os rebeldes deram para o crime estava a de que “seu senhor[,] além de os fazer trabalhar com muito aperto até nos domingos, os castigava em demasia”. A escravaria de Salles tinha dimensões semelhantes à de Florence, mas uma parte considerável dela fora adquirida no tráfico interno de escravos, nas províncias da Bahia, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul⁴⁷. Dada sua comunidade escrava enraizada, lastreada em núcleos familiares que recebiam recompensas pelo trabalho em domingos e dias santos, não deve espantar a inexistência de registros de fugas ou de tensões de maior monta na Soledade.

A administração eficaz da força de trabalho escrava ajudou a manter o sítio em boa ordem financeira durante toda a década de 1870. Nos anos de 1871, 1872 e 1873, por exemplo, o rendimento bruto obtido com a venda de café foi, respectivamente, de 12:503\$330 (doze contos, quinhentos e três mil e trezentos e trinta réis), 11:101\$700 (onze contos, cento e um mil e setecentos réis)

46. Sobre as zonas cafeeiras do Brasil, ver Rafael de Bivar Marquese (2008). O modelo adotado por Florence se aproximou das fazendas de algodão do Sul dos Estados Unidos, onde esse sistema de controle do trabalho escravo foi relativamente comum; ver, a esse respeito, Edward E. Baptist (2014, p.135).

47. Para o episódio do assassinato de Francisco de Salles e o aumento das tensões escravistas em Campinas na década de 1870, ver Maria Helena P.T. Machado (1987, p.94-95) e Maíra Chinelatto Alves (2010, p.177-178); a citação foi retirada dessa última referência.

48. Ver Maria Alice Rosa Ribeiro (2016, p.232-233). Para uma avaliação mais ampla da lucratividade do investimento em escravos nas atividades cafeeiras do centro-sul brasileiro na década de 1870, ver Pedro Carvalho de Mello (1977, p.173).

49. Ver Arilda Inês Miranda Ribeiro (2006, p.156-157).

50. Há um documento em que Hercule explicita a ligação entre a exploração da Soledade e do Colégio Florence e a custosa manutenção de seus filhos na Europa. Trata-se de uma carta ao conchudo Otto Kupfer (casado com Ana, irmã de Carolina Florence), que recebia seu filho Henrique na Alemanha, com data provável de junho de 1871: "A saúde de Lina vai muito bem; suas enxaquecas cessaram desde que ela tomou os remédios do Sr. Burghoff. O Colégio a preenche de atividades; ela trabalha muito e às vezes eu leciono quando estou na cidade; a contabilidade e os pagamentos são por minha conta. Quanto a mim, vou a cada 6 ou 8 dias ao sítio para beneficiar o café; já enviei 2700@ a Santos, e faltam-me 2000@ o que resulta em 700@ à mais do que eu esperava. Eu devia 11 contos; devo ainda 6, que espero pagar este ano com o restante do café. Eu jamais teria contraído esta dívida se não tivesse enviado Arnaldo e Paulo à Europa, contra minha vontade, porque era acima de minhas forças. Ataliba e Jorge por Lina, mas nos primeiros anos, eu ajudei a este custeio. Minha mulher trabalha, mas eu também trabalho, uma vez minha dívida paga me restará um capital de 20 contos, cuja metade pertencerá a minha mulher e o quarto a seus filhos. Eu entro nesses detalhes porque algumas vezes percebi no ar a impressão de que Lina é sobrecarregada de

e 15:807\$636 (quinze contos, oitocentos e sete mil e seiscentos e trinta e seis réis). Como o inventário de 1879 não arrolou toda a força de trabalho efetivamente empregada na Soledade, não é possível calcular com exatidão suas taxas de retorno; apenas para que se tenha uma ordem dos números concernentes à sua lucratividade, vale lembrar que o monte-mor em 1879 foi avaliado em 55:875\$350, livre de dívidas. Como indicou a historiadora Maria Alice Rosa Ribeiro em texto recente sobre o sítio da Soledade, que a propriedade era rentável comprova-o o fato de Hercule Florence ter sido capaz de sustentar numerosíssima família, com cinco de filhos de seu segundo casamento (Jorge, Henrique, Paulo, Guilherme e Ataliba) ainda cursando universidade na Europa quando de seu falecimento⁴⁸. A partir de 1863, aos ganhos com a Soledade somaram-se o que a família obteve no Colégio Florence, instituição pioneira de educação feminina da cidade de Campinas, dirigida pedagogicamente por Carolina e administrada financeiramente por Hercule. Ainda que por meios indiretos, o Colégio também dependeu da escravidão para sua solvência, haja vista que as filhas de fazendeiros do Oeste paulista é que constituíram a maior parte de seu corpo discente nas décadas de 1860 e 1870⁴⁹. Ao fim e ao cabo, portanto, a escravidão da economia cafeeira é que deu a base para a educação esmeradíssima que Hercule e Carolina Florence puderam propiciar a seus filhos⁵⁰.

O mundo da fronteira escravista para a qual Florence se mudara em 1830 estava em processo de rápida transformação em sua última década de vida. Em primeiro lugar, pelo início de operação da malha ferroviária. Em carta para Otto Kupfer, datada de 4 de outubro de 1867, Hercule anunciava feliz que "agora temos estrada de ferro de Santos até Jundiáí". Já na safra de 1868 os tropeiros contratados por Florence (de Cabreúva, Santana do Parnaíba, São Roque, Indaiatuba, Jundiáí) para remeter o café ao mercado passaram a encaminhá-lo à estação ferroviária de Jundiáí, repassando-o aos representantes dos comissários e exportadores de Santos que abriram firmas naquele terminal. Entre 1851 e 1879, Hercule Florence fez negócios com diferentes comissários, como aliás era a prática de todos os demais fazendeiros do centro-sul cafeeiro. As partidas de café beneficiado, cujos valores contratados variavam conforme o andamento da safra e a demanda por mulas, giravam de 150 a 250 arrobas cada. A partir de 1872, com a inauguração da estação de trem em Campinas, o trajeto percorrido pelas mulas – e, portanto, o custo do frete – diminuiu ainda mais⁵¹.

Em segundo lugar, a fronteira escravista foi abalada pela modificação das condições ambientais. O bom desempenho econômico do sítio na década de 1870 dependeu da gestão eficaz dos escravos e do rebaixamento dos custos de transporte, já que a produtividade dos cafezais sofreu notável decréscimo. Na gestão da paisagem agrária da Soledade, Florence repisou todas as práticas que representara em suas aquarelas e nanquins, como a derrubada e a queima da cobertura de mata virgem para o plantio alinhado vertical dos pés de café, convertendo-se assim em um agente da "decadência" que ele próprio questionara em manuscrito de 1850. Em sua correspondência privada, Florence deu a entender

que tinha ciência do que estava fazendo. Duas cartas remetidas para Fortuné em 1864 bem o provam. A primeira, de 11 de maio, dizia que “a colheita do café se anunciou abundante, a despeito do mau estado dos cafezais, que se ressentiram do nosso mal processo de cultura, pois aqui se faz aquilo que é mais fácil, e não se incomodam em queimar a terra. A riqueza do solo começa a se esgotar, e por causa disto os frutos não amadurecem bem e a colheita não será tão abundante como havíamos esperado.” Mais interessante é a segunda, de 30 de setembro:

Há mais de 6 anos que vejo que a Província do Rio de Janeiro deseja vender seus escravos em nossos distritos, é um sinal evidente de decadência de sua agricultura. Uma parte de seus agricultores vem comprar terras aqui. As terras magníficas do Rio se tornaram estéreis, pois no Brasil não se deseja outra coisa senão aproveitar da luxúria antediluviana das terras, sem já mais se importar em queimá-las, nem de passar o arado. Ou o que Deus fez durante milhares de anos, o homem por sua vez o destrói e desperdiça por sua estúpida maneira de cultivar a terra. Aqui se emprega o fogo, que a tudo destrói. Isso é suficiente para que você saiba o quanto nós somos bárbaros nesse aspecto. Campinas poderá se sustentar ainda 15 anos, mas sucumbirá se não se adaptar a métodos melhores.

A carta traz uma clara percepção do padrão de mobilidade espacial da cafeicultura escravista brasileira, que buscava sempre terras virgens mais produtivas na fronteira em razão do sistema extensivo de cultivo, cujo propósito básico era maximizar o tempo de trabalho dos escravos às custas do rápido esgotamento da fertilidade do solo. O Vale do Paraíba ocidental, que nas três primeiras décadas do século XIX fora a fronteira cafeeira escravista da economia-mundo capitalista, estava às vésperas de se tornar uma zona decadente. Campinas fora a nova fronteira em meados do século. Em 1864, quando a cafeicultura estava madura naquele município, Florence antevia para 1879 a repetição do processo de decadência do Vale do Paraíba. Ademais, ao empregar a primeira pessoa do plural na penúltima oração do trecho citado, Florence colocou-se explicitamente como parte ativa do mesmo movimento de dilapidação dos recursos naturais que ele criticara, de forma igualmente explícita, nas décadas de 1830 e 1840.

Em 1877, Florence pôde testar seu prognóstico de 1864. Em carta de 25 de novembro para Augusta, uma de suas caçulas, informou que seu genro Delphino (casado com Angélica) chegara de Jaú, na nova fronteira cafeeira da província de São Paulo cada vez mais acessível pelas linhas ferroviárias, “onde comprou uma fazenda de 100 alqueires por 35 contos, e diz que de 13.000 pés de café, colheu agora 3.600 alqueires. Se assim fosse, ele iria fazer 10 contos de réis; mas quero ver primeiro.” Por que o descrédito? Ora, beneficiados esses 3.600 alqueires, a produtividade dos cafezais em Jaú estaria girando de 92@ a 110@ por mil pés. Nessa mesma carta, Florence afirmou que, se Soledade desse 2.000@ de café em 1877, seria “bom, mas acho que dará menos”. Onze dias depois, em 6 de dezembro, o cafezal de Soledade foi recontado, anotando-se 44.500 pés de café: sua produtividade estimada, portanto, estava em 45@ por mil pés. Em 1856, lembre-se, ela fora de 88 a 105@ por mil pés, números

trabalho. Faça esforços para sustenta-la e espero conseguir.”

51. Sobre os comissários, ver Joseph E. Sweigart (1987). Sobre as ferrovias, ver Odilon Nogueira de Matos (1990) e Flávio Azevedo Marques de Saes (1981).

próximos aos de Jaú em 1877. Como ocorrera na passagem do Vale do Paraíba para Campinas, as próximas gerações de cafeicultores só poderiam prosperar migrando para as próximas fronteiras cafeeiras – e deixando para trás um rastro de esgotamento ambiental.

Em terceiro lugar, o mundo de Hercule Florence estava se transformando pela crise da escravidão. O quadro de estabilidade do sistema escravista brasileiro alterou-se com a nova conjuntura global de meados da década de 1860. O fim da Guerra Civil norte-americana, em 1865, com a libertação pela força das armas e sem indenização aos antigos senhores de cerca de quatro milhões e meio de escravos no Sul dos Estados Unidos, modificou as perspectivas de manutenção indefinida da escravidão brasileira. Diante do quadro de isolamento internacional, o centro do poder imperial tomou a iniciativa de encaminhar uma solução gradual para o problema da escravidão propondo a libertação do ventre das escravas⁵².

Como já foi antes mencionado, depois de 1850 a cafeicultura escravista brasileira contara com duas fontes de novos escravos: o tráfico interno e a reprodução vegetativa. Soledade fiara-se na segunda opção, exatamente a que foi colocada em discussão no Parlamento Imperial entre abril e setembro de 1871. Os debates na Câmara dos Deputados e no Senado sobre o projeto da lei do ventre livre mereceram comentários na correspondência privada de Hercule Florence. Em carta ao Sr. Jatho composta entre 20 de julho e 3 de agosto, afirmou não considerar “que os negócios vão muito bem no Brasil. A questão da cessação da escravidão torna-se mais e mais crítica”. O mesmo tom de desânimo apareceu em carta de 19 de agosto para o filho Arnaldo, que estudava na Europa: “uma grande crise se aproxima: é a cessação da Escravatura.” Após a aprovação da Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871, os sentimentos antiescravistas de Florence há muito adormecidos pareceram voltar à tona, porém desesperançados quanto aos prognósticos para a agricultura brasileira. Ao escrever para Ataliba, outro de seus filhos em jornada estudantil no Velho Mundo, Florence afirmou em 4 de abril de 1872 que, “por uma justa e sábia lei, não nascem mais escravos, e não se introduz mais. Mas os homens livres não querem trabalhar.”

Nos anos seguintes, Florence silenciou sobre o assunto. Entretanto, em 8 de outubro de 1878, ou seja, seis meses antes de falecer, ele o retomou em carta ao seu filho Paulo. “Como é natural, os negros morrem (nós não perdemos nenhum) todos os dias, e como não nascem mais escravos, diminuem sensivelmente. Além disto, fogem mais à miúdo, e cometem mais assassinatos nos senhores, porque vão ficando impacientes.” A leitura de que a intervenção do Estado imperial na soberania doméstica dos senhores com a aprovação da Lei do Ventre Livre modificara o conteúdo das relações escravistas, estimulando a resistência dos escravos, tornou-se corrente no período. Basta lembrarmos o papel que essa leitura desempenhou no Congresso Agrícola de 1878, quando muitos dos fazendeiros de café ali presentes demandaram o reforço do aparato coercitivo estatal para dar conta da crescente rebeldia escrava. Como resposta adicional à “impaciência” dos escravizados, os proprietários escravistas tentaram transformar a Lei do Ventre

Livre em peça de defesa da instituição, argumentando que ela deveria ser tomada como a palavra final a respeito do encaminhamento político do problema da escravidão. A estratégia funcionou até o ano da morte de Florence. Em 1879, como resultado das múltiplas frustrações com a Lei do Ventre Livre, as vozes antiescravistas presentes há muito no Império do Brasil finalmente se articularam como um movimento nacional pela abolição da escravidão⁵³. De modo muito significativo, o comentário sobre a erosão da disciplina escrava (com a ressalva de que tal agitação passou ao largo da Soledade) foi precedido, nesta mesma carta, pela última referência encontrada nos papéis de Hercule Florence sobre o sentimento de exílio que tanto marcara sua trajetória brasileira. “Estais na Alemanha”, disse ao seu filho adolescente, “país onde a educação da mocidade é adiantada, aproveite, porque poucos brasileiros tem esta vantagem, e não vos esqueçais de que vossa pátria é aqui, e deveis servi-la, e amá-la. Eu, que sou da Itália, agora, depois de 53 anos, lembro-me com mais força de meu país, mas é porque aqui, ninguém fez caso de meus trabalhos.”

Ao contrário do que se dera com sua sogra em 1851, ao falecer Hercule Florence não elaborou disposições testamentárias sobre alforrias. Nenhum escravo foi libertado com sua morte. Assim procedendo, ele se afastou do padrão dos proprietários de sua faixa de riqueza. Em Campinas, na segunda metade do século XIX, os escravos que tinham mais chances de obter alforria nos processos de herança eram justamente aqueles que pertenciam a posses inferiores a 30 cativos⁵⁴. Os escravos representaram 46,45% do patrimônio inventariado de Hercule Florence em 1879, a parte mais substantiva do que pôde deixar em termos de valores materiais aos seus numerosos filhos. O bem mais importante para o mundo pós-escravidão que se avizinhava, no entanto, era outro. A educação primorosa que eles receberam foi bancada com o suor do trabalho dos escravos da Soledade e com a cobertura florestal original do Oeste paulista, transmutados em uma bebida estimulante a ser consumida nos centros urbanos do Atlântico Norte.

No prefácio de seu monumental estudo sobre Flaubert, Sartre afirmou que “um homem nunca é um indivíduo; seria melhor chamá-lo de universal singular: totalizado e, por isso mesmo, universalizado por sua época, ele a retotaliza ao reproduzir-se nela como singularidade”⁵⁵. O exílio escravista de Hercule Florence, a marca essencial de sua singularidade totalizada, representa uma janela inigualável para a compreensão do Brasil e do mundo do século XIX.

53. Ver Robert Conrad (1972); Robert Brent Toplin (1975).

54. Sobre esses padrões, ver Lizandra Meyer Ferraz (2010, p.136).

55. Jean-Paul Sartre (2013, p.7).

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

Coleção Cyrillo Hercules Florence, São Paulo

Correspondência ativa e passiva de Hercule Florence (1854-1879).

Livros de notas do Sítio da Soledade (1870-1876).

Centro de Memória da Unicamp, Campinas

Inventário de Maria Angélica Vasconcelos, 1850. Cartório do 1º Ofício, Caixa 125, Processo 02807.

Inventário de Hercule Florence, 1879. Cartório do 3º Ofício, Caixa 353, Processo 07372.

Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo

Lista nominativa de habitantes, 6º Distrito do Juiz de Paz do Município de São Carlos, 1835. Quarteirão n. 3, Fogo 19.

“Informações sobre a Colônia Florence, dadas ao Exmo. Sr. Francisco Diogo de Vasconcelos – Presidente da Província, em conformidade ao seu Aviso de 11 de setembro de 1856. Hercules Florence, Sítio da Soledade, em Campinas, 2 de outubro de 1856”, Fundo Colônias, Caixa 2.

“Relatório dado por Hercules Florence a respeito de seus colonos, em conformidade à circular do Exmo. Sr. Presidente da Província, de 21 de setembro de 1859 – Campinas, 9 de outubro de 1859”, Fundo Colônias, Caixa 2.

FONTES IMPRESSAS

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Reconquista do Brasil. Nova série, 11).

FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas pelas províncias brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará (1825-1829)*. Tradução de Francisco Álvares Machado e

Vasconcellos Florence. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand-Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1977.

FLORENCE, Leila (org.). *Céus*. O teatro pitoresco-celeste de Hercule Florence. São Paulo: Florescer Produções Culturais – Coleção Cyrillo Hércules Florence, 2010.

KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C. *Brasil and the Brazilians, Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. Organização e notas de Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. [1839]

VON TSCHUDI, J. J. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Tradução de Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Itatiaia, 1980. [1866].

WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. Breves considerações sobre a posição atual da lavoura de café. *Almanack Laemmert* [Suplemento]. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855, p. 93-109.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ALVES, Maíra Chinelatto. *Quando falha o controle: crimes de escravos contra senhores, Campinas, 1840-1870*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BAPTIST, Edward E. *The Half Has Never Been Told*. Slavery and the Making of American Capitalism. Nova York: Basic Books, 2014.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra*. Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: CMU-Unicamp, 1997.

BROWNLEE, Peter John; PICCOLI, Valéria; UHLYARIK, Georgiana (org.). *Paisagem nas Américas*. Pinturas da Terra do Fogo ao Ártico. New Haven: Yale University Press; Terra Foundation for American Art, São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2015.

CAMPOS JUNIOR, Teodoro de Sousa. A cultura do café. In: *Monografia história do município de Campinas*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952, p.233-241.

CASTRO, Antonio Barros. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley: University of California Press, 1972.

- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CUNHA, Mauro Rodrigues da. Apêndice estatístico. In: BACHA, Edmar; GREENHILL, Robert (org.). *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcelino Martins & E. Johnston, 1992, p.286-391.
- DAVIDSON, David Michael. *Rivers & Empire*. 1970. The Madeira Route and the Incorporation of the Brazilian Far West, 1737-1808. Tese (Doutorado) –Yale University, New Haven, 1970.
- DIAS, Elaine. *Paisagem e Academia*. Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851). Campinas: Ed.Unicamp, 2009.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. Origens do Federalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.
- FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)*. Bauru: Edusc, 2010.
- FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- FERREIRA, Dirceu Franco. Narrando viagens e invenções. Hercule Florence: amigo das artes na periferia do capitalismo. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v.22, n.2, p.153-196, jul.-dez.2014.
- FERREIRA, Dirceu Franco; CANTARINO, Nelson Mendes. Um humanista nos trópicos: a singular trajetória de Hercule Florence no Brasil. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia Regina de (org.). *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo: Ed.Unesp, 2009, p.397-420.
- FLORENCE, Leila (org.). *Hercule Florence e o Brasil*. O percurso de um artista-inventor. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2009.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850–1920)*. Um estudo de relações não-capitalistas de produção. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- GUIMARÃES, Elione Silva. Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do Sudeste. *América Latina en la Historia Económica*, Cidade do México, v.32, p.155-187, 2009.
- HARDMAN, Francisco Foot; KURY, Lorelai. Nos confins da civilização: Algumas histórias brasileiras de Hercule Florence. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.385-409, 2004.

HEFLINGER Jr., José Eduardo. *O sistema de parceria e a imigração europeia*. Limeira: Unigráfica, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções* (3ª ed). São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. São Paulo. In: _____ (org.). *História geral da civilização brasileira*. II. *O Brasil monárquico*. 2. *Dispersão e unidade* (5ª ed). São Paulo: Difel, 1985, p.415-472.

HÖRNER, Eric. *Em defesa da Constituição*. A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844). 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KOSSOY, Boris. *Hercule Florence*. A descoberta isolada da fotografia no Brasil. (3ª ed). São Paulo: Edusp, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, 1750-1850*. Tradução por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Edusp, 2006.

MACHADO, Maria Helena P.T.. *Crime e escravidão*. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830–1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 2000.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando Casas Grandes e Senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v.14, n.1, p.11-57, jan.-jun.2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Brasileiro*, São Paulo, v.7, p.138-152, mai. 2008.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. *Saeculum*, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, 2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A Guerra Civil nos Estados Unidos e a Crise da Escravidão no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, v.51, n.1, p.37-71, 2015.

MARTINS, Valter. *Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias. A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Pontes, 1990.

MEDICCI, Ana Paula; HÖRNER, Eric; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. Do ponto à trama: rede de negócios e espaços políticos em São Paulo (1765-1842). In: SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena de; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (org.). *Soberania e conflito. Configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2010, p.417-444.

MELLO, Pedro Carvalho de. *The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850-1888*. 1977. Tese (Doutorado) / University of Chicago, Chicago, 1977.

MENDES, Felipe Landim Ribeiro. *Espaço, escravidão e trabalho livre no Oeste Novo Paulista: fazenda Ibicaba (1847-1888)*. Relatório final de iniciação científica em História/FAPESP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Inédito.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2014.

PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

RIBAS, Rogério de Oliveira. *Tropeirismo e escravidão. Um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação feminina durante o século XIX. O Colégio Florence de Campinas, 1863-1889*. Campinas: CMU-Unicamp, 2006.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. A migração interregional de capitais: a formação da *plantation* açucareira de Campinas e a família Teixeira Vilella – riqueza e escravaria. In: XV SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA – ANAIS. Diamantina: XV Seminário de Economia Mineira set. 2012.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Riqueza e endividamento na economia de plantation açucareira e cafeeira: a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.45, n.3, p. 527-565, jul.-set.2015.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Hercule Florence e a Fazenda Soledade. In: RIBEIRO, Suzana Barreto (org.), *Sesmarias, engenhos e fazendas*. Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930). Campinas: Traço Publicações e Design, 2016, vol. 2, p.206-243.

ROSI, Bruno Gonçalves. James Cooley Fletcher, o missionário amigo do Brasil. *Almanack*, Guarulhos, n.5, p.62-80, jan.-jun. 2013.

SAES, Flávio Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo, 1870–1940*. São Paulo: Hucitec; INL/MEC, 1981.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. *O idiota da família*. Volume I. *Gustave Flaubert de 1821 a 1857*. Tradução de Julia da Rosa Simões. Porto Alegre, 2013.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850–1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market. In: JOHNSON, Walter (org.), *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven, CT: Yale University Press, 2004, p.325-370.

SWEIGART, Joseph E. *Coffe Factorage and the Emergence of a Brazilian Capital Market, 1850/1888*. Nova York: Garland Publishing, 1987.

TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. Nova York: Atheneum, 1975.

VAN DELDEN LAËRNE, C.F. *Brazil and Java: Report on Coffee-Culture in America, Asia, and Africa*. Londres: W.H.Allen & Co., 1885.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987.

WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira* (2ª ed.). São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.

Artigo apresentado em 14/06/2016. Aprovado em 07/08/2016.

